

# Expectativa na aldeia

**Inclusão indígena** Transcorrido mais de um mês da festejada formatura da primeira estudante indígena na UFRGS, Denize Marcolino, há incerteza quanto à contratação da profissional de Enfermagem para atuar em um dos postos que atendem às aldeias da reserva Terra Indígena Guarita.

*Páginas 4 e 5*



MEDICINA PALIATIVA

## Morte digna

Decisão do Conselho Federal de Medicina estabelece que a Diretiva Antecipada de Vontade transforma em documento a recusa a procedimentos invasivos, dolorosos ou que mantenham a vida artificialmente. No Setor de Tratamento da Dor e Cuidados Paliativos do Hospital de Clínicas, os profissionais têm esclarecido os pacientes e as famílias sobre o momento em que os procedimentos deixam de ter efeito de cura. No entanto, há casos de familiares que insistem em prolongar a vida dos enfermos. **P7**

SUSAN GREENFIELD

## Informação não é conhecimento

Embora considere as vantagens do uso intenso da internet, a pesquisadora questiona o tempo que passamos em frente a uma tela de computador. “O problema é que a tecnologia se tornou um meio e um fim”, disse a cientista em entrevista exclusiva ao JU. Greenfield, que participou do Fronteiras do Pensamento, também falou das pesquisas no campo da neurociência. **P9**



Crianças Kaingang em uma das estradas de terra que interligam as aldeias da reserva Terra Indígena Guarita

## Referência no atendimento comunitário



**CadernoJU**

Na Unidade Básica de Saúde mantida pelo Hospital de Clínicas, “ficha” e “clínico geral” são expressões proibidas. Ali são realizadas mensalmente cerca de 3.600 consultas médicas pelo SUS. Conforme Francisco Arsego de Oliveira, um dos responsáveis pela gestão da UBS, a ideia é tratar pessoas, e não doentes, por isso a preocupação de oferecer uma atenção mais humanizada, integral e próxima aos pacientes. Um dos pontos fortes desse trabalho são as visitas domiciliares feitas por médicos, agentes comunitários e técnicos de enfermagem.

ESTUDANTES CONVÊNIO

## Mais de mil pessoas se formaram pelo Programa PEC-G, iniciado há 50 anos

**P10**

**Sociologia**

Seminário celebra 100 anos de obra de Émile Durkheim **P6**

**Licenciaturas**

Educação debate as políticas públicas de financiamento **P8**

## Espaço da Reitoria

Rui Vicente Oppermann  
Vice-reitor

# Salão UFRGS 2012

Entre os dias 1.º e 5 deste mês, ocorre o Salão UFRGS. Integrando atividades diversas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, o Salão oferece uma ampla programação, traduzindo-se em um evento de mais alta relevância. Esse é o segundo ano no qual integramos as atividades dos salões mais tradicionais da Universidade com novas áreas. Assim, teremos conjuntamente o VIII Salão de Ensino, o XIII Salão de Extensão, o XXIV Salão de Iniciação Científica, o VII Salão UFRGS Jovem, a II Feira de Ensino e Popularização da Ciência, a Feira de Inovação (Finova), o II Salão de Relações Internacionais e o Salão de Gestão Ambiental. Durante o evento, dois temas relevantes para o nosso dia a dia serão desenvolvidos em painéis com a participação de autoridades locais e nacionais. O primeiro será na Abertura, no dia 1.º de outubro, em que será abordado o tema Universidades de Classe Mundial. Para além de um conceito, a projeção internacional é uma estratégia de desenvolvimento e qualificação das universidades brasileiras. A UFRGS está na liderança dessa discussão e tem como proposta para a atual gestão a busca de uma maior

presença institucional no cenário internacional. Projetar-se como universidade de classe mundial significa oportunidades de crescimento e de intercâmbio, incremento da produção científica e fortalecimento da inserção na sua comunidade através da extensão universitária. O segundo painel será realizado no dia 4 de outubro. Com o título Ciberconfluência: Redes Sociais, Mobilidade e Educação, esse painel propiciará uma discussão sobre as novas tecnologias que permitem uma convergência digital, influenciando na criação de redes sociais, no aumento da mobilidade e nas mudanças na educação. Um tema instigante e desafiador para todos os que participam do cotidiano universitário, pois é inegável que essa convergência desafia modelos tradicionais de relacionamento e de educação.

A Programação do Salão UFRGS é extensa e diversificada, e certamente cada participante encontrará atividades do seu interesse no Câmpus Centro ou no Câmpus do Vale, uma das novidades para este ano. Esta edição amplia a presença de jovens pesquisadores, envolvendo a participação

de estudantes do ensino médio de 65 escolas do nosso estado. O Salão UFRGS Jovem é mais uma maneira de a Universidade atuar na qualificação do ensino médio e ao mesmo tempo abrir suas portas para os nossos, quem sabe, futuros estudantes. Estamos buscando ainda uma maior interatividade com a comunidade. Para tanto, a Secretaria de Comunicação estará mobilizando todos os seus canais de comunicação, para difundir na comunidade o que de mais importante está acontecendo no Salão. Com isso, queremos colaborar para construir o objetivo maior do evento, que é o de dar visibilidade às ações da UFRGS e com isso dar oportunidade para que nos conheçamos melhor, para que possamos crescer academicamente e aproveitar o ambiente para a confraternização universitária.

Com o Salão UFRGS reiteramos nosso compromisso de, como universidade pública, disseminar o conhecimento gerado, além de despertar o interesse pelo aprendizado e pela descoberta científica no público que nos visita nestes dias.

**UFRGS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,  
Porto Alegre - RS | CEP 90046-900  
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

**Reitor**  
Carlos Alexandre Netto  
**Vice-reitor**  
Rui Vicente Oppermann  
**Chefe de Gabinete**  
João Roberto Braga de Mello  
**Secretário de Comunicação Social**  
Flávio Porcello

JORNAL DA UNIVERSIDADE  
Publicação mensal da Secretaria de  
Comunicação Social da UFRGS  
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497  
Email: jornal@ufrgs.br

**Conselho Editorial**  
Cassiano Kuchembecker Rosing, Cesar Zen  
Vasconcelos, Daltro José Nunes, Edson Luiz  
Lindner, Fernando Cotanda, Flávio Porcello,  
Márcia Heloisa Lenz, Maria Henriqueta Luce  
Kruze, Ricardo Schneiders e Rudimar Baldissera

**Editora**  
Ania Chala

**Repórteres**  
Everton Cardoso, Jacira Cabral da Silveira  
e Samantha Klein

**Projeto gráfico**  
Juliano Bruni Pereira e

Kleiton Semensatto da Costa (Cademro JU)

**Diagramação**  
Kleiton Semensatto da Costa

**Fotografia**  
Flávio Dutra, Thiago Cruz

**Revisão**  
Antônio Falcetta

**Bolsistas**  
Bibiana Guaraldi, Bruno Cobalchini Mattos,  
Manuela Martins Ramos e Priscila Kichler

**Circulação**  
Márcia Fumagalli

**Fotolitos e Impressão**  
Gráfica da UFRGS

**Tiragem** 12 mil exemplares

**Facebook** facebook.com/jornaluniversidade

**Twitter** @jornalufrgs

## Mural do leitor

jornal@ufrgs.br

### Biblioteca da Arquitetura

Gostaria de manifestar-me em relação ao projeto da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura, inaugurada em junho. A reforma da biblioteca saiu cara, com investimento de 1 milhão, e apresenta problemas básicos e inadmissíveis. Como estudante desta universidade e usuário da biblioteca, julgo pertinente o seguinte feedback: a bancada para os laptops fica oposta às enormes e muito ensolaradas janelas. Consequência: superaquecimento e excesso de luz, o que dificulta a leitura nas telas dos computadores portáteis. A solução seria fechar uma ou duas cortinas. Mas onde estão? Estão para o lado de fora, sem a possibilidade de manuseio pelos usuários. O que fazer no verão se não há como fechar as cortinas? Esses pequenos problemas de projeto acabam acarretando enormes transtornos para um adequado processo de trabalho, estudo e pesquisa – finalidade das bibliotecas universitárias. É, portanto, um projeto que carece de uma perspectiva do usuário. É com lástima e vergonha que escrevo este e-mail, pois fico pensando no tipo de arquiteto que nós, da UFRGS, estamos formando. Espero, por fim, que ainda haja a possibilidade de solução para os problemas relatados.

► **Rodrigo Ramos, estudante da UFRGS**

## Memória da UFRGS

MUSEU DA UFRGS / ACERVO FOTOGRAFICO LUME



# Século XIX

A Avenida da Redenção atravessa três bairros: Centro, Cidade Baixa e Azenha. Nasceu como caminho de ligação entre a vila primitiva e a ponte da Azenha que conduzia a Viamão. Teve os nomes de Caminho da Azenha, Rua Nova do Portão, Rua da Azenha, Rua da Redenção, Avenida da Redenção e, finalmente, Avenida João Pessoa. Seu trajeto atual somente foi efetivado na década de quarenta do século XX.

## Artigo

# A UFRGS e a Arqueologia Clássica em Apollonia-Arsuf

Desde o resgate de Pompeia, em 1748, e ao longo do século XIX e início do XX, a Arqueologia tem produzido fascínio e conduzido revoluções científicas e culturais. Troia (1871), Micenas (1876), Knossos (1900), Machu Picchu (1911), a tumba de Tutankamon (1922) e outros achados provocaram a curiosidade mundial e abasteceram a mente de gente como Sigmund Freud (1856-1939) e Pablo Picasso (1881-1973) com novas fontes para compreender a humanidade e recriar o conhecimento. Sítios e museus arqueológicos mobilizaram peregrinos em um ciclo virtuoso de turismo e conhecimento, que alimentou também os meios literário, cinematográfico e artístico. Esse fascínio persiste, bem como o poder sui generis da Arqueologia: produzir novidades com fatos de 2.500 ou 3.000 anos. A UFRGS tem parte nessa aventura do conhecimento por meio de um projeto que realiza desde 1998, e que já resultou em sete expedições científicas e em achados de primeira grandeza na arqueologia contemporânea: o Projeto Apollonia, um programa de pesquisas em Arqueologia Clássica e História Antiga e Medieval, realizado por meio de um convênio entre a UFRGS e a Tel Aviv University, pelo Núcleo de História Antiga do IFCH, com a parceria de diversas universidades brasileiras (USP, PUCRS, Unicamp e UFPel).

Apollonia é o nome greco-romano da cidade fenícia de Reshef (séculos VII-IV a.C.), Arsuf na ocupação normanda (séculos XII e XIII). O sítio contém 18 séculos de arqueologia, com vestígios

fenícios, persas, greco-macedônios, hebraicos, romanos, bizantinos, árabes e normandos. Em 1998, a equipe da UFRGS, com a participação de 17 pesquisadores e apoio decisivo da Fapergs, resgatou uma villa marítima romana, a única encontrada no Mediterrâneo oriental, e uma coleção de artefatos romanos e bizantinos (cerâmicas variadas, vidrarias, joias, moedas, marfim e outros). Os resultados de 1998 animaram a realização de expedições científicas em 1999, 2000, 2001, 2003, 2006 e 2012, sendo em 1999 e 2003 com o Núcleo de Fotografia da Fabico. Ao longo desse processo, ampliou-se o esclarecimento arqueológico da ocupação romana de Apollonia e produziram-se muitos resultados históricos, educacionais, culturais, sociais e institucionais: artigos, relatórios, dissertações, teses, conferências, trajetórias acadêmicas e profissionais, exposições e publicações especializadas e de divulgação, com destaque para a matéria de capa da Revista Galileu, número 107 (06/2000), e para a implantação do Apollonia National Park, em Herzliya (IL). A realização mais recente deste projeto foi a expedição científica internacional Apollonia 2012, que levou sete pesquisadores da UFRGS e da UFPel para uma temporada de duas semanas de escavações e visitas, de 19 de agosto a 1.º de setembro p.p.. Atualmente, estão sendo processados os bons resultados dessa expedição: bancos de imagens e relatórios com o registro de todos os eventos, com o que se inicia a interpretação arqueológica e histórica. Ao final, têm-se diversas narrativas iluminadas por achados em

seu contexto arqueológico.

A Arqueologia encontra a vida em sua totalidade e em cada particularidade. Resgatam-se vestígios do cotidiano sem que tenham sido filtrados por coleção, edição, currículo, estado, estética ou qualquer critério, senão a usura do tempo. Nosso ambiente é a arqueologia romana, em ruínas que traduzem as concepções de corpo, espaço, poder, arquitetura e, especialmente, as formas e eventos da ocupação colonial romana. Por vezes, os achados tratam da cultura simbólica, da sexualidade, das tensões sociais e religiosas, das questões de identidade produzidas em um ambiente de enorme pressão étnica. Isso aparece sobretudo nas lamparinas iconográficas que encontramos em campo. Em todo o sítio, são cerca de 400 anos de história romana, compreendendo a ocupação da cidade, reformas urbanas, agrárias e tecnológicas que otimizaram o desempenho econômico da região e fizeram prosperar uma indústria de vidros e um porto conectado às grandes rotas marítimas e rodoviárias do Oriente próximo. Na época romana, essa região se chamava Província Palestina; a 35km ao norte de Apollonia, está Caesarea Marítima, ornada com um rico palácio construído por Herodes (c. 73-4 a.C.), junto a um hipódromo, banhos e demais equipamentos da cidade romana antiga. Herodes foi um rei judeu romanizado, o mesmo que construiu o palácio em Jerusalém, destruído pelo então general Tito (39-81 d.C.) em 70 d.C., em cujas ruínas vão diariamente lastimar-se e bater a cabeça muitos judeus ortodoxos. O Projeto

Apollonia estuda os processos sociais havidos na romanização dessa região – processos esses muito complexos, relacionados, entre outros fatos, à aurora do cristianismo em meio à secessão judaica e às confrontações culturais doravante agravadas, no Império Romano e na história do Ocidente, Porto Alegre inclusa. Esses fenômenos aparecem na cultura material de modo claro, oferecendo outra perspectiva para cenários poluídos por demasiada interpretação confessional. A cultura material é um quadro tangível de evidências, com as quais se tem visões históricas da sociedade e suas transformações. A Arqueologia resgata ruínas e fragmentos, sinais que podem se tornar símbolos e ampliar a interpretação, pistas que permitem investigar tramas de indivíduos, comunidades, etnias, cidades e Estados. Examinam-se também linguagens, tecnologias e fenômenos de interação social, fortes o suficiente para depor vestígios duradouros. Ademais, em um sítio com tanta história, podem-se ver as diferentes transformações da paisagem na relação entre homem e meio ambiente. Com o Projeto Apollonia, resgatamos para o mundo e para a nossa comunidade a visão enriquecida desses fenômenos, relevantes para a humanidade.

**Francisco Marshall**

Professor do Depto. de História (IFCH) e nos PPGs Artes Visuais e História, coordenador do Núcleo de História Antiga e do GIFCH-ILEA



Guilherme Canela, assessor regional da Unesco, ressaltou que a cátedra em Tecnologia de Comunicação e Informação na Educação é pioneira no Brasil

# Unesco e UFRGS juntas

No dia 29 de agosto, a UFRGS e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) assinaram um acordo, estabelecendo oficialmente a Cátedra em Tecnologia de Comunicação e Informação na Educação. A cátedra será desenvolvida pelo Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação (Cinted) e pelo Programa de Pós-graduação em Informática na Educação (PPGIE), tendo na coordenação a professora Rosa Vicari. Um dos objetivos do projeto é expandir, por meio de estudos e através de tecnologia, o acesso à educação para um maior número de estudantes em escolas e universidades, melhorando a qualidade de ensino e aprendizagem.

“Para a Universidade, e para o

Cinted particularmente, esse selo da Unesco é o reconhecimento de um trabalho que já vem sendo realizado há muito tempo, e abre os horizontes para mantermos contato com mais interlocutores”, avalia a coordenadora. O Centro, criado em 2000, realiza pesquisas interdisciplinares que dão suporte às atividades de implementação de tecnologias alternativas em programas e projetos educativos, presenciais e a distância. O Cinted também sedia cursos de pós-graduação e desenvolve atividades de extensão.

De acordo com o assessor regional de comunicação e informação para o Mercosul e o Chile da Unesco, Guilherme Canela, a Cátedra de TICs na Educação da UFRGS é pioneira no Brasil e mesmo entre outros países, pois

nenhum outro programa desenvolve cátedras nessa temática de forma tão explícita como é realizado no Cinted.

Nesse sentido, Canela destaca a importância desse trabalho: “Repensar a introdução da tecnologia no ambiente da escola é uma necessidade para se ampliar o acesso a uma educação de qualidade, e essa é uma proposta que coincide com o propósito da Unesco, que é o de apoiar iniciativas dentro das áreas de educação, ciências naturais, ciências sociais, cultura, comunicação e informação”.

O assessor salienta ainda que, embora as cátedras da Unesco tenham muito a ver com os catedráticos: “Nossa expectativa é de que a cátedra não esteja centralizada numa pessoa, mas que seja um projeto de futuro da

universidade, independentemente de quem a estiver coordenando”.

O representante da Unesco ressaltou o papel da cátedra assinada com a UFRGS como escopo intelectual na área de Tecnologia de Comunicação e Informação na Educação para auxiliar o desenvolvimento de políticas públicas de acesso à educação: “Os dois maiores ganhos para a Universidade são, primeiramente, estabelecer uma relação mais próxima com a Unesco, um organismo multilateral e intergovernamental que pensa essa agenda, mas também manter uma relação mais próxima com centenas de outras universidades que estão pensando uma agenda para o futuro da humanidade em diversas áreas, inclusive essa de tecnologias e educação”, acrescenta.



## História

### Tese do IFCH vence concurso

A historiadora Caroline Silveira Bauer venceu o 1.º Concurso Internacional de Teses sobre Brasil e a América Latina com o tema *Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civis-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países*. A tese contou com a orientação da professora Cláudia Wasserman, do Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH).

O trabalho de Caroline está publicado no livro *Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimento e políticas de memória*, lançado em julho deste ano pela Editora Medianiz. A obra retoma uma das temáticas principais da repressão, que é a questão dos desaparecimentos políticos e a especificidade desse tipo de estratégia das ditaduras brasileira e argentina. Segundo a autora, os desaparecimentos eram utilizados para incutir medo na sociedade e também como forma de ocultar os crimes cometidos pelas ditaduras.

Além de Caroline, consultora técnica da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, outros pesquisadores destacaram-se no concurso promovido pela Associação Latino-americana de Sociologia (ALAS). Das quatro teses escolhidas, três são de autoria de pesquisadores brasileiros e uma de pesquisador argentino. Também foram outorgadas três menções honrosas de autoria de dois brasileiros e um mexicano.

## Tecnologia da Informação

### Universidade terá Centro Integrado

Já está no ar o site do Centro Integrado de Tecnologia da Informação (CITI) - [www.ufrgs.br/citi](http://www.ufrgs.br/citi) -, antecipando as informações a respeito do futuro prédio que unificará as estruturas de informática do Centro de Processamento de Dados (CPD), do Centro Nacional de Supercomputação (CESUP) da UFRGS e da Coordenadoria de Gestão de Tecnologia da Informação (CGTI) do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. No dia 13 de agosto, foi lançada a pedra fundamental da construção que se situará entre o hospital e o CPD.

Segundo a diretora do CESUP, Denise Grüne Ewald, a nova edificação vai ampliar a capacidade de processamento e armazenamento de informações necessárias à demanda permanente da Universidade: “Em termos de instituições federais de ensino superior, não existe outro Centro com a capacidade do CITI”, garante. O prédio de 6.811m<sup>2</sup> e seis andares tem previsão de entrega para 2014.

O CITI vai abrigar: os serviços informatizados de ensino, pesquisa, extensão e administração da UFRGS; o fluxo de informações administrativas e médicas do HCPA; um dos principais pontos de conexão de internet da cidade; e a infraestrutura de processamento de alto desempenho (supercomputador) da Universidade, utilizada por pesquisadores de todo o país. A construção do Centro tem a participação da Petrobras, que terá instalado no prédio um laboratório de pesquisa.

## Infraestrutura

### Gráfica recebe nova impressora

Em 28 de agosto, o reitor Carlos Alexandre Netto, o vice-reitor Rui Oppermann e integrantes da Administração Central estiveram na Gráfica da UFRGS para inaugurar a nova impressora. Adquirido graças ao esforço conjunto de vários setores da Universidade, o equipamento permite a impressão off-set em cores a uma velocidade de 15 mil páginas por hora. A cerimônia marcou a entrega da edição número 152 do Jornal da Universidade e o lançamento de um caderno especial temático de quatro páginas coloridas. A ampliação também assinalou os 15 anos do JU, publicação

lançada em setembro de 1997 e que, desde então, vem circulando de forma ininterrupta. Para o reitor, as mudanças representam uma conquista institucional: “Mais do que simbolizar a vitória de um indivíduo ou de um setor, essas duas iniciativas significam a realização de um desejo institucional da Universidade”. A impressora Heidelberg, modelo Speedmaster, foi importada da Alemanha e opera de forma totalmente automatizada, o que confere maior qualidade ao trabalho e ainda reduz o desperdício de papel. O equipamento tem capacidade para trabalhar com papéis entre 40 e 450 gramas.



UFRGS TV

## Unimúsica

### Orkestra Rumpilezz, cartão de visitas à música afrobrasileira

Rum, Pi e Lé. Estes são os três atabaques do candomblé que, aliados ao jazz clássico, inspiraram o maestro Letieres Leite na criação da Orkestra Rumpilezz em 2006. A banda foi uma das escolhidas para o Projeto Unimúsica deste ano, que apresenta o tema “Orquestras e Big Bands”.

A Rumpilezz é formada por vinte músicos e resulta de um projeto que o maestro Letieres idealizou há tempo: provar para as pessoas que a música popular de matriz africana no Brasil é, de fato, elaborada. “Quería mostrar que o sistema de percussão da Bahia tem uma estrutura muito organizada, além de explorar a complexidade de tocar todos os ritmos da música afrobaiana. Quería que tomassem conhecimento do que estava acontecendo.”

Fundador da Academia de Música da Bahia e atual coordenador da Escola de Música da Fundação Cultural do Estado da Bahia, Letieres considera que a improvisação é uma das marcas da banda. Segundo ele, é um dos principais momentos de diálogo com o jazz e faz parte do fundamento da criação: “Já faço trechos prevendo a improvisação, mas ela só é feita a partir dos ritmos que elegemos, mantendo o desenho rítmico daquele momento. Não é um estilo alheio ao da música”.

O maestro resalta a importância da aceitação da música negra como uma criação estruturada. Nesse sentido, defende a participação de *big bands* em projetos como o Unimúsica, justamente pela sua diversidade: “É um desejo de todo mundo que trabalhe com orquestras como eu que as pessoas tenham contato com formações em *big bands*, em que cada um mostra o seu conceito étnico, a influência de seu lugar”.

Para Letieres, é preciso mudar o olhar que se tem no Brasil a respeito da música negra, pois o brasileiro, culturalmente, tem dificuldade de aceitar a contribuição africana como música elaborada. “É como se ela fosse intuitiva. Sem rigor. A Rumpilezz vai contra essa mentalidade, pois há rigor. A banda é o cartão de visitas de uma ideia que me inquietava há muito tempo”.

A banda conquistou em 2010 o Prêmio Bravo! de Melhor Álbum Popular.

Jéssica Kilpp, estudante do 4.º semestre de Jornalismo da Fabico

## Assista aos programas

Para conhecer melhor o trabalho da Rumpilezz e para acompanhar os melhores momentos de sua apresentação no Salão de Atos da UFRGS, ocorrida no dia 6 de setembro, assista ao programa Unimúsica, que vai ao ar em duas partes, nos dias 5 e 12 de outubro, às 20h, com reprise às 23h, no Canal 15 da NET POA.

# A vitória de dona Francisca

**Herança** Descendente de uma família na qual as mulheres estão à frente na criação dos filhos, a primeira aluna indígena formada pela UFRGS vê no desejo da avó o estímulo para continuar com os estudos

Jacira Cabral da Silveira

Sentada junto à avó Francisca, próximas ao fogão a lenha na pequena casa de madeira e chão batido, Denize Letícia Marcolino recorda o tempo em que ia vender artesanato na cidade de Ijuí com a avó, no noroeste do estado. Em 1.º de setembro último, ela se formou no curso de Enfermagem, sendo a primeira aluna indígena da UFRGS a receber o diploma universitário. Dona Francisca não pôde participar da cerimônia, precisava cuidar dos netos pequenos enquanto seus parentes e lideranças Kaingang viajavam mais de 400 quilômetros da Terra Indígena Guarita até Porto Alegre para comparecer à formatura.

Embora não estivesse presente nessa data importante não só para sua família como também para o povo indígena, foi dona Francisca quem criou sozinha as três filhas e as incentivou a seguir os estudos. Hoje, duas delas são professoras de idioma e cultura Kaingang em escolas na reserva, e a filha do meio está concluindo o ensino médio e pretende seguir o exemplo da sobrinha, fazendo o curso superior de

Nutrição. Enquanto conta a história da família, o olhar emocionado revela o orgulho de ver a neta formada, e confessa que ela mesma gostaria de ter estudado. “Não tenho letra”, justifica, mas, quando indagada sobre quem segue ensinando a arte Kaingang de fazer balaios às novas gerações, sorri com o reconhecimento.

**Mulheres** – Assim como dona Francisca, a mãe e uma das tias de Denize também tiveram que assumir sozinhas a criação dos filhos muito cedo. A perplexidade frente a essa situação recorrente não só entre as mulheres de sua família, somada ao fato de gostar de estudar, foi decisiva para os planos de Denize de seguir os estudos além do ensino médio que cursou numa escola da vila próxima à reserva. Sua mãe Ivone é professora há 12 anos na escola municipal da Estiva, aldeia onde desde setembro está morando com a recém-diplomada. A professora diz que sempre foi um dos sonhos da filha dar uma vida melhor para a mãe.

A casa foi construída durante a última greve das universidades federais, tempo que Josias encontrou para

erguer as paredes e instalar alguns móveis antes de retomar as aulas do segundo semestre do curso de Pedagogia na Faculdade de Educação da UFRGS (Faced). Ele casou com Denize em 2011 e, até o final de seu curso, sabe que fará muitas viagens à aldeia de Redentora para estar com sua esposa. Contando com isso e com futuras viagens, eles escolheram para construir sua casa um terreno na reserva próximo à estrada por onde passam os ônibus intermunicipais. Também ficará mais fácil visitar dona Ivone quando ambos estiverem fazendo pós-graduação na UFRGS ou em outra universidade mais próxima.

Das mulheres de sua etnia, Denize casou já madura. As moças Kaingang costumam casar entre os 13 e os 16 anos de idade, situação que as obriga a deixar de frequentar a escola. Por certo, esse foi mais um motivo para ela ter adiado seu casamento: já no início do ensino médio começava a pensar em seguir estudando fora da reserva, numa universidade. Ivone revela que a filha recusou muitos pedidos de namoro feitos pelos pais de rapazes indígenas, conforme o costume Kaingang.

“Ela sempre foi muito caseira, dizia que não queria casar cedo porque pensava num futuro maior”, comenta Ivone. Denize estava com 12 anos quando seus pais se separaram e percebeu o sofrimento da mãe, que deixou de comprar suas coisas para sustentar os filhos. A garota afirmava: “Tu mereces coisa melhor, e quem vai te dar sou eu”. Sempre falava assim em casa, pois não acreditava que seus irmãos fariam alguma coisa nesse sentido.

Enquanto prepara o material para seus alunos se apresentarem no 7 de Setembro, Ivone conta – com uma fluidez incomum entre os indígenas – a história da filha, desde sua infância até o momento em que a acompanhou para prestar o vestibular em Porto Alegre: “Ela era muito jovem”, tinha 17 anos quando fez o exame. “Foi uma surpresa quando passou”, recorda, confessando que seu plano era ver Denize professora, feito ela e sua irmã.

Mas os papéis se inverteram, e Ivone acabou seguindo os passos da filha. Pelo fato de ter ingressado na Universidade e precisar morar na capital do estado, Denize teve a oportunidade de tomar conhecimento e acompanhar a agenda das lideranças indígenas que se reúnem sistematicamente para discutir questões que envolvem seus povos no estado. Surpresa, a jovem estudante descobriu que, embora a reserva de Guarita fosse uma das maiores no Rio Grande do Sul, não tinha representação nesses encontros.

“Não sei para que eu vim, só sei que vim representando minha comunidade”, disse Ivone numa dessas reuniões, na qual era a única mulher entre caciques e lideranças de diferentes reservas em território gaúcho. “Ela agora tem o olhar mais amplo da situação do povo indígena”, avalia Ivone com relação à atitude da filha de mobilizar os membros de sua comunidade para integrar o movimento indigenista no estado. Por conta dessa abertura, Ivone tem participado de encontros universitários, fazendo palestras sobre a cultura Kaingang.

**Amizades** – Além dos conhecimentos adquiridos nos quatro anos e meio nas aulas na Escola de Enfermagem, o que marcou Denize em sua passagem pela UFRGS foram as amizades que fez com as colegas de curso. Superada a timidez inicial, pois ela não falava com ninguém em sala de aula nem nos momentos de intervalo, suas colegas passaram a ser parceiras nos estudos, nos passeios e nas refeições no restaurante universitário. “Foi o meu primeiro contato direto com o português. É como aprender outra língua”, explica. Sem contar que era a primeira vez que saía para tão longe

de sua aldeia, distante da família e de sua cultura cotidiana.

Na Terra Indígena Guarita, que tem 23.400 hectares e abriga cerca de sete mil indígenas, da pré-escola até o primeiro semestre da terceira série do ensino fundamental, as crianças aprendem somente o Kaingang. A partir daí, começam a trabalhar a oralidade do português em paralelo com a escrita do Kaingang, ficando para o segundo semestre o início da escrita do português. “É uma passagem difícil, pois eles só falam o Kaingang”, atesta Marinês de Moura Rosa, diretora da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Antônio Kasin Mig.

## A avó não foi à formatura, ficou cuidando dos netos

Há quatro anos na direção, Marinês também trabalha numa escola não indígena em uma vila próxima à reserva. Com base em sua experiência no contato com os estudantes indígenas que frequentam ambas as escolas, ela considera muito importante que indígenas realizem os cursos de licenciatura para poderem atuar nas escolas, porque isso modifica totalmente a forma de pensar pedagógica e didática. “Às vezes, os professores que não são indígenas não conseguem passar a mensagem que precisam para ensinar as crianças, já que elas não entendem o idioma na totalidade, a lógica do português”, analisa.

Rindo muito e escondendo o prato da merenda, Gisele e Marisolva, ambas com 16 anos e alunas da 6.ª série da Kasin Mig, antiga escola de Denize, depois de algum tempo trocando olhares e sorrindo a cada manifestação da repórter, começaram a responder algumas perguntas, ainda que sucintamente. Gisele pensa em fazer o curso de Medicina, e Marisolva talvez faça Enfermagem. Observando a vestimenta das garotas e circulando pela aldeia, não se percebe a influência de modismos que aparecem na telinha. “Aqui se assiste muito pouco a TV”, justifica Josias.



Quando criança, Denize Marcolino acompanhava a avó Francisca até a cidade de Ijuí para vender cestos artesanais

## Etnia é majoritária no RS

A partir de 1911, o governo do estado do RS passou a demarcar terras para as comunidades indígenas, entre as quais a reserva de Guarita, criada em 1918. O governo estadual identificava e delimitava áreas para as comunidades indígenas, ao mesmo tempo em que liberava as terras para colonização. Atualmente, os Kaingang ocupam cerca de 30 áreas no país, distribuídas sobre seu antigo território no estado de São Paulo e na Região Sul. O povo Kaingang está estimado em 45 mil indígenas, segundo dados

do IBGE, dos quais a maior parte habita o Rio Grande do Sul.

O contato dos Kaingang com a sociedade não indígena teve início no final do século 18 e efetivou-se em meados do século 19, quando os primeiros chefes políticos indígenas tradicionais (Pō'i ou Rekekê) aceitaram aliar-se aos conquistadores brancos, transformando-se em capitães. Foi Telêmaco Borba, autor do *Pequeno vocabulário das línguas Portuguesa e Kaingangues ou Coroados (1882)*, o responsável pela introdução da denominação Kaingang no final do século 19.

# O próximo desafio

## Inclusão

**Denize Marcolino retorna à Terra Indígena Guarita e vive a dúvida de sua inserção nos postos de saúde da reserva**

Jacira Cabral da Silveira

Uma das expectativas das lideranças indígenas, ao incentivarem os jovens de suas aldeias a fazerem o curso universitário, é vê-los gradativamente substituírem os profissionais não indígenas que hoje trabalham nas reservas. Denize Leticia Marcolino, primeira estudante indígena da UFRGS a receber o diploma de graduação em Enfermagem, compartilha do mesmo desejo.

Na semana seguinte à sua formatura, ela providenciou a confecção da carteira profissional de identidade junto ao Conselho Regional de Enfermagem, em Porto Alegre, e logo regressou à aldeia Missão, na Terra Indígena Guarita, a mais de 400 km da capital gaúcha, no noroeste do estado. Antes da viagem, entretanto, ela já havia conversado com o cacique da região, Valdenez Joaquim, reiterando seu interesse em participar da equipe de saúde que atende nos postos existentes nas 11 aldeias da reserva.

Claudir Ribeiro, um dos dois enfermeiros indígenas da Guarita, contratado pela Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM) em abril deste ano, passou pela mesma situação quando concluiu o curso na Universidade Regional Unijuí no segundo semestre de 2011. E, segundo ele, só conseguiu o emprego graças à sua persistência junto ao cacique, a quem procurou insistentemente para agilizar o processo de sua contratação, que ocorreu via SPDM.

No final de 2011, Rafael Ribeiro, primo de Claudir, ao passar no concurso promovido pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), tornou-se o primeiro enfermeiro indígena da Guarita. Naquela ocasião também foram preenchidas vagas para os cargos de médico, dentista, agentes de saúde indígena (AI) e agentes indígenas de saneamento básico (ISAN).

Pela proximidade da seleção realizada pela Sesai, Claudir acredita que seja mais fácil Denize conseguir um contrato pela SPDM. Mas ele reforça a importância da pressão exercida pela comunidade: “Depende do entendimento da liderança [sobre buscar assegurar vagas indígenas nos cargos existentes nos postos]. A comunidade se reúne, justifica em ata sua necessidade e encaminha para o órgão [Sesai]”.

**Contratações** – Segundo a assessoria de imprensa da Sesai, todas as contratações feitas pela secretaria respeitam a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que



Nas 11 aldeias da Reserva, a carência de médicos e o desconhecimento do idioma Kaingang dificultam o atendimento à população indígena

diz que os indígenas devem ser consultados em todas as ações empreendidas pelo governo que gerem algum impacto ao indígena.

A Sesai também orienta as conveniadas, como a SPDM, no sentido de que os indígenas tenham prioridade nas contratações. Os contratos firmados neste momento pelas conveniadas têm regras diferentes do regime jurídico dos servidores públicos federais, e a secretaria solicitou a elas que incluíssem pontuações diferenciadas para os profissionais indígenas.

Jorge Alexandre Araújo, assessor da secretaria, cita como exemplo o processo seletivo realizado na Guarita, nos municípios de Tenente Portela e Redentora, no Rio Grande do Sul: “Nesse processo foi feita avaliação técnica e curricular pelos técnicos da secretaria. Outra avaliação, do mesmo peso, foi realizada pelas lideranças indígenas locais”, assegura.

O processo seletivo foi realizado em cumprimento a uma medida judicial do Ministério Público Federal (MPF). “Novas contratações na região só poderão ser feitas com o término dos contratos temporários atuais e com a criação de vagas via concurso, algo que acontecerá até o final do ano”, afirma o assessor.

Conforme Araújo, a secretaria fechou acordo este ano junto ao Ministério Público Federal (MPF) e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para a realização de três concursos para a saúde indígena, com o objetivo de acabar com a terceirização no setor. Nesse sentido, ele comenta que o currículo profissional de Denize “deve ser avaliado nos futuros processos seletivos”.

**Saúde na Guarita** – Atualmente, trabalham no Polo Base [de saúde] da reserva onze enfermeiros, dos quais dois são indígenas. Esses profissionais prestam atendimento em todas as aldeias da Guarita e também na reserva de Inhacorá, em São Valério do Sul. Em menor número são os médicos: apenas dois, um clínico geral e outro pediatra, sendo que uma vez por semana as parturientes são atendidas por um obstetra em Redentora. Quando há necessidade de outra especialidade médica, os pacientes são encaminhados ao hospital de Tenente Portela, há 30 quilômetros da Guarita. O deslocamento é feito com veículo da Sesai.

São cerca de dez postos distribuídos na reserva, e cada enfermeiro é responsável por pacientes de um número determinado de aldeias. Os postos ficam abertos de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min ou 12h e das 13h15min às 17h15min. Cada posto conta ainda com um técnico em enfermagem para dar suporte ao trabalho, e quando há carência de técnicos, os existentes fazem a cobertura dessas faltas. É o que está ocorrendo com o posto da aldeia de Laranjeiras, que está funcionando só no período da tarde por falta de funcionários. O Posto Katiu também enfrenta o mesmo problema.

“Nós já tivemos pediatra, mas o problema é que o pessoal não quer ficar aqui”, relata Leandro, um dos técnicos da aldeia Estiva, onde Denize fixou residência e sua mãe trabalha numa escola municipal. Ele avalia que um dos motivos da falta de interesse dos médicos em trabalhar na reserva é a distância, que acaba limitando a atuação em outros lugares. Outro motivo é a remuneração: “É complicado

contratar médico para trabalhar aqui. Acho que o salário não é muito atrativo, em torno de R\$ 8 a R\$ 10 mil”.

Há mais de três anos no cargo, Leandro afirma que a maior incidência de casos de saúde entre os índios é infecção respiratória e diarreia. Ele garante que há água potável em todas as aldeias e onde ainda não existe já estão sendo feitas obras para levar água tratada a todos os moradores da Guarita.

**Mesma cultura** – “O que precisa na comunidade é mais de um médico, e que possam atender na linguagem dos índios”, observa o capitão Roque Cândido, liderança indígena responsável pela aldeia Missão, onde Denize cresceu e estudou. “Às vezes, tem gestantes que não entendem o que os médicos falam”, reforça.

Claudir concorda com o capitão. Antes de assumir como enfermeiro no Posto da Guarita, ele trabalhou como técnico de enfermagem no hospital de Tenente Portela de 1995 a 1997 e na área indígena de 1995 a 2003. Com base em sua experiência, ele reconhece o quanto a falta de conhecimento da cultura indígena, seja Kaingang ou Guarani, etnias que vivem na reserva, interfere nos resultados da atuação dos profissionais de saúde não indígenas.

E não é apenas o desconhecimento do idioma por parte dos profissionais não indígenas o que interfere em seu atendimento aos pacientes das reservas, mas também o fato de não entenderem a forma como os povos indígenas se relacionam com o meio e com a própria vida: “O indígena muitas vezes não deixa o técnico [ou o médico] fazer o que precisa para que a criança ou o idoso possam melhorar e retornar mais rapidamente para casa”. Dificuldade que não aconteceria se médicos, enfermeiros e demais profissionais da saúde fossem indígenas.

**Indigenismo** – A atuação da SPDM na promoção da saúde indígena tem origem no ano de 1965, quando o sertanista Orlando Villas-Boas, então diretor do Parque Indígena do Xingu, convidou Roberto Geraldo Baruzzi, professor da Escola Paulista de Medicina (EPM), para desenvolver um programa de saúde nas comunidades

do recém-criado Parque Indígena do Xingu. No mesmo ano, o primeiro convênio entre a EPM e o Parque foi firmado, inaugurando o Projeto Xingu.

Em 1999, foi promulgada a Lei n.º 9.836, que regulamenta o atendimento de saúde às populações indígenas e entrou para a história do país como Lei Sergio Arouca. Essa lei incluiu a população indígena no SUS, estruturando uma rede de serviços de atenção básica à saúde nos territórios indígenas. Nessa época, foi assinado um convênio entre a Unifesp e o governo federal, por meio da Fundação Nacional de Saúde, para manter e ampliar o atendimento já existente no Xingu. Nesse convênio, a parceria com a SPDM foi fundamental, possibilitando a contratação das equipes de saúde.

Além da SPDM, também a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), criada em 2010 como órgão responsável pela gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), tem poder para contratar profissionais para manter os postos de saúde das aldeias em funcionamento. Entretanto, desde a reestruturação da Fundação Nacional do Índio (Funai), em dezembro de 2009, pelo Decreto Lei n.º 7.056, assinado pelo então presidente Lula, o indigenismo brasileiro vive um momento de transição, suscitando opiniões controversas. “A Sesai está muito lenta para enfrentar os problemas da saúde dos índios”, reclama o enfermeiro Claudir Ribeiro, da Terra Indígena Guarita.

Com relação à extinção de postos indígenas e de diversas administrações regionais da Funai, algumas tradicionais, outras criadas mais recentemente, Mércio Gomes, antropólogo, professor da Universidade Federal Fluminense e ex-presidente da Funai, critica: “Os postos indígenas sempre foram a ponta do indigenismo brasileiro. São eles que dão suporte imediato às demandas mais corriqueiras e também às mais urgentes das aldeias indígenas. Quase todos os postos indígenas estavam localizados nas próprias aldeias, ou perto delas, sem interferir em seu cotidiano. Alguns deles já eram mais que centenários, pois ou foram criados por Rondon ou vêm ainda desde o Império”.

## Novas frentes de trabalho

Em agosto deste ano, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) criou o Departamento de Saneamento e Edificações de Saúde Indígena, que tem como competência planejar, coordenar, supervisionar e monitorar as ações referentes a saneamento e edificações de saúde indígena. Entre outras atribuições, o órgão deverá apoiar as equipes dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) no desenvolvimento das ações de saneamento e edificações de

saúde indígena. De acordo com o cacique da Terra Indígena Guarita, Valdenez Joaquim, as lideranças de sua reserva pediram uma equipe da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater-RS) para prestar assessoria aos indígenas. “Eles já se instalaram em Tenente Portela para atender a nossas aldeias”, conta. Talvez essas duas frentes possam representar novos postos de trabalho para futuros graduados indígenas.



O livro em que Durkheim analisou a religião como fenômeno social inicialmente desagradou crentes e céticos

# Clássico centenário

**Sociologia** Cem anos após o seu lançamento, *As formas elementares da vida religiosa*, obra do sociólogo francês Émile Durkheim, é tema de seminário na UFRGS

O que faz um clássico? Em *Por que ler os clássicos*, o escritor Ítalo Calvino elenca quatorze respostas possíveis a essa pergunta. Dentre elas: um livro “que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer”, “que provoca incessantemente uma nuvem de discursos críticos sobre si, mas continuamente os repele para longe” ou que “chega até nós trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram”.

Além de figurarem na obra de Calvino, essas proposições têm outro ponto comum: embora tenham sido formu-

ladas com foco nas obras literárias, são perfeitamente aplicáveis a *As formas elementares da vida religiosa* – a última publicação em vida do sociólogo francês Émile Durkheim, que completa neste ano o primeiro centenário de seu lançamento. Para celebrar a ocasião, o Programa de Pós-graduação de Sociologia da UFRGS promove, em parceria com o Centro Brasileiro de Estudos Durkheimianos, o seminário *As formas elementares: cem anos de um clássico*. O evento, que será realizado entre os dias 15 e 18 deste mês, integra as comemorações dos 40 anos do PPGS e contará com alguns dos maiores especialistas na obra em

âmbito internacional. No entanto, para entender o porquê da promoção de um evento desse porte a um livro escrito há cem anos e referente a uma área do conhecimento tão dinâmica quanto a sociologia, é preciso compreender antes os contornos específicos que a palavra “clássico” assume dentro do contexto histórico da disciplina.

**Trío de autores essenciais** – É célebre a afirmação de Anthony Giddens de que “todas as disciplinas intelectuais têm fundadores, mas apenas as ciências sociais têm a tendência de reconhecer a existência de ‘clássicos’”. Um dos mais

## Conferencistas internacionais

É por sua aplicabilidade para além dos estudos epistemológicos que a organizadora acredita que o seminário será relevante para todos os estudantes de Ciências Sociais – afirmação que se justifica também pela diversidade de seus ministrantes. O evento contará com a participação de pesquisadores de Brasil, Canadá, Estados Unidos, França, Itália e Grã-Bretanha. “Nós buscamos trazer não apenas grandes especialistas em Durkheim, mas os maiores especialistas na obra em questão”, explica Raquel.

Dentre os participantes estão Susan Stedman Jones, do British Center for Durkheimian Studies, e Williams Wats Miller, da Universidade de Oxford, que proferirá a conferência de abertura e promoverá o lançamento internacional de seu livro *A durkheimian quest*:

*solidarity and the sacred*. Outros destaques são o norte-americano Edward Tiryakin, autor de mais de vinte trabalhos sobre o sociólogo francês; Massimo Rossati, da Universidade de Roma, responsável por estudos acerca dos conceitos de “ritual” e “sagrado”; e Paula Montero, da USP, que falará sobre o impacto de *As formas elementares* na academia brasileira.

Uma vez que o seminário foi reconhecido como uma Escola de Altos Estudos pela Capes, alunos de pós-graduação de instituições vinculadas à organização que comparecerem ao evento poderão receber dois créditos por sua participação. Os encontros serão realizados no auditório do Instituto Latino-americano de Estudos Avançados (ILEA), no Câmpus do Vale da UFRGS. As inscrições podem ser feitas pelo site <http://www.durkheim-br.org>.

proeminentes acadêmicos das ciências humanas na atualidade, Giddens é também, e não por acaso, um sociólogo. Ao falar das origens da disciplina, o britânico propõe uma diferenciação entre esses dois termos [fundador e clássico], tratados muitas vezes como sinônimos na linguagem do cotidiano.

O *fundador* seria, assim, qualquer estudioso que contribuiu para o surgimento de determinada corrente teórica. O *clássico*, por sua vez, seria um caso especial e particular de fundador cuja obra sobreviveu de forma consistente à passagem do tempo. Nas palavras do autor, eles “não são apenas relíquias antiquadas, mas podem ser lidos e relidos com proveito, como fonte de reflexão sobre problemas e questões contemporâneas”. No caso da sociologia, esse grupo seletivo seria constituído por Karl Marx, Max Weber e o próprio Durkheim.

Essa opinião é compartilhada pela professora Raquel Weiss, responsável pela organização de *As formas elementares: cem anos de um clássico* ao lado da colega Clarissa Neves. Para ela, embora o autor de um clássico nem sempre ofereça novas respostas aos seus leitores, sempre suscita neles novas reflexões. “Há na obra desses três pensadores certos elementos que fizeram com que eles permanecessem relevantes ao longo do tempo. E não é apenas porque aquilo que era importante na época deles continua a ser importante agora: é também porque eles tiveram *insights* que estavam, muitas vezes, além de seu tempo – e que não foram compreendidos naquele momento histórico”, justifica.

**A obra** – Para todos os efeitos, o livro *As formas elementares* foi vítima dessa incompreensão quando de seu lançamento. No texto, partindo de estudos de campo a respeito de religiões totêmicas dos aborígenes australianos, Durkheim buscou analisar a religião dentro do espectro mais amplo do “fenômeno social”, transcendendo assim o tema proposto no título.

Ainda que seja impossível agradar a gregos e troianos, não é de praxe desperdiçar a antipatia de ambos com um único ato. Substituíam-se “gregos” por “ateus radicais” e “troianos” por “religiosos fervorosos”, e tem-se uma ideia de como foi a recepção do trabalho de Durkheim junto à sociedade francesa de sua época. “Por um lado, ele desagradou aos religiosos porque dizia que a religião era, no fundo, uma criação social. Em outras palavras, é um livro que trazia o céu para a terra”, explica Raquel. No entanto, a obra também não agradou aos descrentes porque, como expõe a professora, “afirmava que toda a religião é verdadeira enquanto fenômeno social real e que, por isso, tinha importância. A religião, portanto, não era tratada como mera ilusão dos homens, mas como correspondente a algo real, que são as forças sociais transfiguradas”, elucida.

A polêmica não impediu que a publi-

cação arrebatasse, no meio acadêmico, um bom número de adeptos para a abordagem que propunha. Com o tempo, no entanto, foram elaboradas novas críticas à obra, muitas delas procedentes. Um dos exemplos mais notáveis diz respeito às falhas das pesquisas etnográficas de que Durkheim lançava mão para sustentar suas proposições – resultantes, em grande parte, do fato de ele ser um pioneiro. Um exemplo: ao manifestar que o *corpus* de estudo eram os ritos religiosos “dos aborígenes australianos”, reuniu, nessa única expressão, cerca de 200 tribos distintas. Soma-se a essa generalização grosseira a maneira como justificava sua opção por investigar as religiões totêmicas, definidas por ele como “menos complexas”. Essa expressão foi muitas vezes apontada como herdeira da tradição evolucionista, que posicionava algumas culturas em “estágios civilizatórios menos desenvolvidos” em relação a outras. No entanto, nunca foi confirmado se o autor de fato desejava aludir a esse pensamento quando empregava o termo em seus escritos.

Outra crítica, de caráter mais abrangente, foi elaborada pelo norte-americano Talcott Parsons em 1937. Em *A estrutura da ação social*, o estudioso elaborou uma divisão da trajetória de Durkheim em três momentos distintos. O último deles, referente aos seus anos finais de vida, seria marcado por uma aproximação do francês a um pensamento próximo à corrente filosófica do idealismo – o que representaria, segundo o autor, um retrocesso científico na obra do sociólogo. Essa abordagem foi aceita e difundida por muitos autores dentro do campo das Ciências Sociais.

**Novas interpretações** – Se, por um lado, *As formas elementares* apresenta falhas facilmente detectáveis nos dias de hoje, é inegável que, passados cem anos, muitas de suas contribuições permanecem relevantes. Por muito tempo, destacou-se a separação entre o “sagrado” e o “profano” que o livro propunha. Mas Raquel Weiss acredita que a maior contribuição de Durkheim nesta obra foi a elaboração da ideia de “efervescência” – um fenômeno de transformação em que algo ordinário, ao ser coletivizado, torna-se extraordinário.

Para ela, o conceito pode ser empregado no estudo de fenômenos contemporâneos. “Vamos pegar a Primavera Árabe como exemplo: é pelo fato de as pessoas estarem juntas e lutando por um objetivo comum, resumido na palavra democracia, que esse objetivo deixa de ser uma simples ideia compartilhada e se torna um ideal; um valor pelo qual as pessoas se dispõem a lutar, a sair das suas casas e, conforme o caso, até mesmo a dar suas próprias vidas. Ele passa a ser um bem acima dos outros. É esse momento de efervescência que produz os ideais sociais”, reflete.

Bruno Cobalchini Mattos, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico



# Opção por uma morte digna

## Medicina

### Decisão permite a pacientes terminais recusar tratamentos invasivos

Samantha Klein

A mudança no perfil da população nas últimas décadas, a partir de transformações da sociedade e dos avanços da medicina, trouxe um novo problema. Se ninguém mais morre por doenças infecciosas e se tratamentos salvam pessoas de enfermidades severas todos os dias, ainda há muito o que fazer na área das enfermidades crônicas que atingem a idade avançada. Muitas dessas doenças não têm cura. Portanto, até que ponto vale a pena levar adiante tratamentos que geram sofrimento para o paciente e a família?

A definição do Conselho Federal de Medicina, determinando que os médicos registrem em prontuário a escolha das pessoas em não aceitar procedimentos médicos se estiverem em estado terminal, baliza profissionais e enfermos. A Diretiva Antecipada de Vontade pode ser feita a qualquer momento e transforma em documento a recusa a tratamentos invasivos, dolorosos ou que mantenham a vida artificialmente. Porém, a legislação brasileira precisa avançar, exemplificando o que pode ser recusado e quem seria o procurador daqueles que optam pelo testamento vital. Na prática, hoje o registro em prontuário médico com o pedido de encerramento de tratamentos já vale para o caso de pessoas como dona Eva\*.

**Escolha** – Ela tem 75 anos e trata há três um câncer que surgiu no esôfago

e atingiu os pulmões. Neste momento, somente dois desejos a acometem. “O que não quero, quando eu estiver no fim, é que coloquem sonda em mim. Aquilo é horrível. Que me deixem morrer, mas não coloquem aquilo no meu corpo. Quero morrer sem sofrimento e nem gostaria que minha filha sofresse. É só ela quem cuida de mim”, resume, arrancando lágrimas da repórter e da filha Rita, que a acompanha.

Dona Eva não tem cura. Nem mesmo as tentativas para conter o aumento da doença, como as sessões de radioterapia e quimioterapia, foram indicadas pelo oncologista que a trata. A própria família não deseja a continuidade do tratamento. “Queriam descobrir porque ela tem câncer também nos pulmões. Eu não deixei. Não quero mais que mexam no corpo dela. Do que vai adiantar? E quimioterapia pra quê? Não tem mais cura, agora só queremos cuidar dela nessa reta final”, desabafa a filha.

**Sem cura** – Pais e filhos refletem o cansaço físico e psíquico que um caso de doença ocasiona entre os familiares próximos. Márcia\* aparenta muito mais que os 45 anos que tem, agravados pela raiz branca dos cabelos e a expressão de desalento. Pedro\*, de 20, parece muito mais maduro do que um jovem nessa idade. O motivo é a doença do pai, que começou nos pulmões e se espalhou para o fígado e o cérebro. Quando a enfermidade foi descoberta, há quase dois anos, já estava em estágio avançado e, depois de uma primeira cirurgia pulmonar e do tratamento radioterápico, veio a notícia da metástase. Assim, a continuidade do procedimento sequer é indicada. O caso é terminal, e a família tenta se preparar para o inevitável. “Enquanto você vê a pessoa lúcida, vai segurando, mas quando percebe que ele não responde mais, está dopado o tempo inteiro, não é mais vida, não tem por que manter o tratamento. Ele não é mais a pessoa que eu conhecia”, lamenta a esposa.

**Testamento vital** – Histórias como essas chegam todos os dias ao Setor de Tratamento da Dor e Medicina Paliativa do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA). O objetivo da equipe multidisciplinar que atua no setor é o controle da dor e dos efeitos colaterais que doenças crônicas ocasionam, mas sem tratar especificamente da enfermidade. “Se o paciente sente falta de ar, dor e náuseas, cuidamos desses sintomas com o objetivo de proporcionar bem-estar, mas não estamos mais tratando um câncer, por exemplo. Ou, ainda, em casos de Alzheimer, em que a pessoa esteja demenciada: trataremos, mas a enfermidade não tem cura”, diz o médico especialista em medicina paliativa, Moacir Assein Arus.

Na prática, os profissionais já esclarecem aos pacientes e às famílias quando determinados procedimentos não terão efeito para curar um doente. Porém, são inúmeros os casos em que os parentes mais próximos não querem aceitar e exigem uma “obstinação terapêutica”, que é a prolongação da vida de um enfermo incurável por meios artificiais e desproporcionais. “Há famílias que vendem bens, fazem de tudo numa tentativa desesperada de manter a vida. É claro que a vida é um bem sem preço, e é muito complicado mostrar que determinados procedimentos são inúteis. Nessa resolução do Conselho não é

a vida que está em discussão, mas os casos em que se descarta a cura”, acrescenta Moacir em relação à Resolução n.º 1.995/2012 do Conselho Federal de Medicina, segundo a qual os médicos precisam acatar o desejo do indivíduo.

Não é de hoje que as pessoas podem registrar o testamento vital em cartório, mas, com a definição do Conselho, passa a ser uma obrigação dos profissionais o cumprimento da determinação. Além disso, se o paciente disser ao médico que não quer o prosseguimento de tratamentos, desde que esteja lúcido, o profissional deve escrever o pedido no prontuário, o que já lhe garante um salvo-conduto. É necessário ainda deixar claro que a Diretiva Antecipada de Vontade se aproxima da ortotanásia, deliberada pelo Conselho em 2006, em que se fala em morte no tempo correto, ou seja, sem a “obstinação terapêutica”, mas que também não significa a eutanásia, considerada crime pela lei brasileira. Assim, o paciente de forma alguma ficará desassistido, e a intenção é reduzir ao máximo o sofrimento de doentes terminais.

**Direito** – Apesar de países como Argentina, Espanha e Portugal já terem legislações prevendo o testamento vital, no Brasil a discussão ainda é bastante incipiente e a resolução juridicamente inválida. Porém, desde que uma pessoa

em plena faculdade mental o faça e registre em cartório, por exemplo, o médico não será alvo de processo nem a família poderá modificar a decisão individual. O registro pode ser feito através de uma ata notarial em tabelionato e só pode ser revertido individualmente.

Não existe no país um modelo de Diretiva Antecipada de Vontade, mas alguns advogados defendem o registro em cartório e a nomeação de procuradores ou de testemunhas da assinatura do documento. “Os modelos estrangeiros servem de balizamento, apesar de terem especificidades. Na Espanha, por exemplo, o testamento vital é usado para a manifestação sobre a doação de órgãos, o que não caberia no Brasil, uma vez que a atual legislação dispõe que a decisão final cabe à família. É importante ainda que uma lei sobre o testamento vital seja clara acerca da nomeação de procurador que atuaria em nome do paciente terminal”, diz a advogada Luciana Dadalto, que prepara uma tese de doutorado abordando a sugestão de modelo de declaração. A pesquisadora acredita ainda que seria necessário contemplar, em uma futura legislação, o acompanhamento do médico ao registrar o documento e a inclusão de um rol de procedimentos que podem ser recusados pelos pacientes.

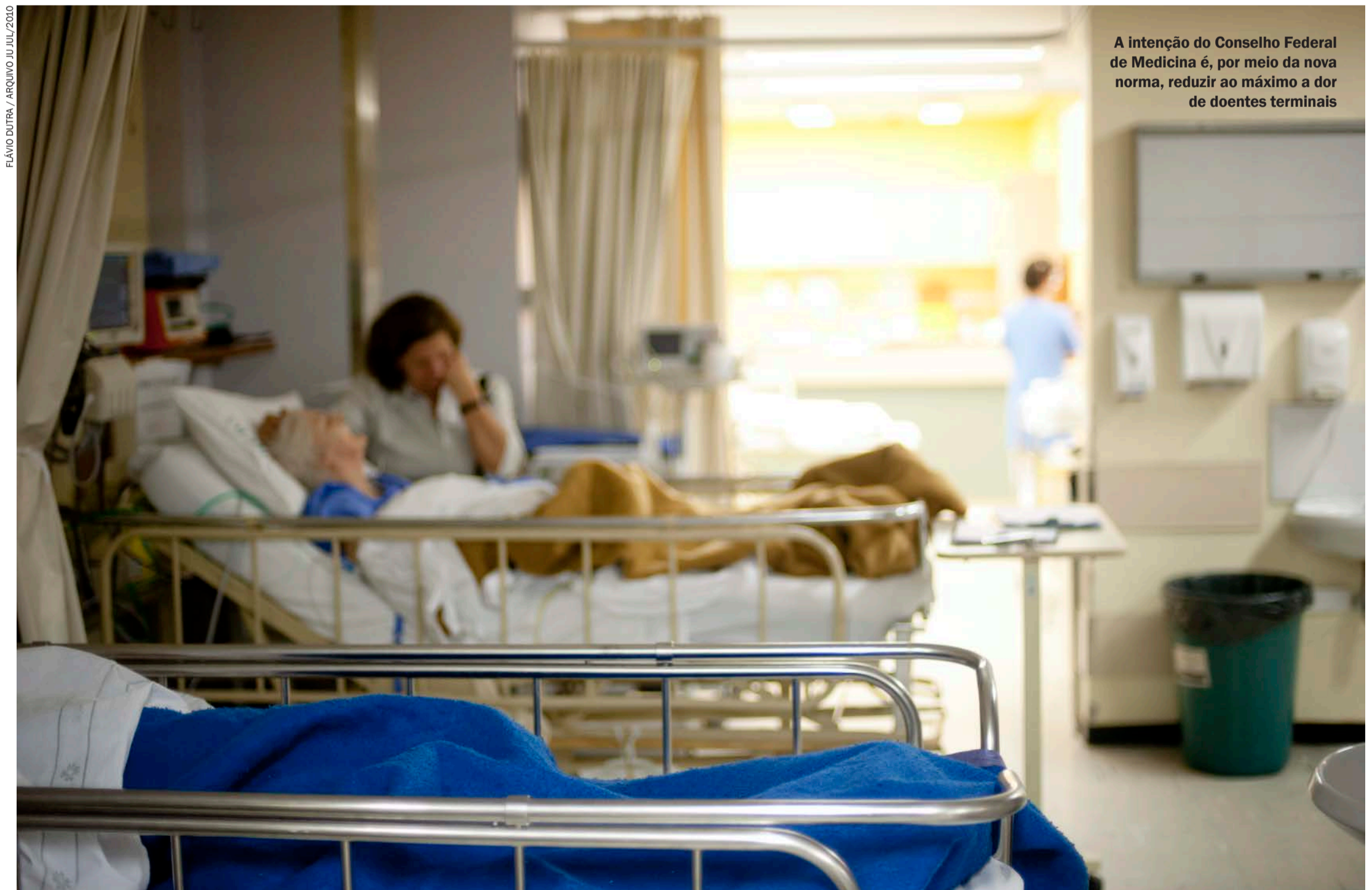
\*Os nomes foram modificados.

## Sofrimento que gera desconforto

A Medicina Paliativa é uma área que prima pela qualidade de vida dos doentes terminais, inclusive para dar suporte às famílias. Mas não são só os pacientes e as pessoas próximas que necessitam de conforto, os profissionais também devem se preparar para as situações que envolvem a morte. “Os alunos adoram a área de oncologia por ter muitos recursos, mas não vêm fazer estágio no setor de cuidados paliativos. É como se quissem negar que a morte vai acontecer em diversos casos. Os alunos da Universidade passam somente uma semana por aqui e muitos, se pudessem, evitariam”, relata

o professor Moacir Arus, especialista em Medicina Paliativa.

Os futuros profissionais precisariam de mais docentes com sensibilidade para as situações delicadas, afirma a estudante Maritza Bleil de Souza, que quer se especializar em tratamento do câncer e resolveu fazer um estágio de um mês no Setor da Dor do Hospital de Clínicas. “Sinto que os colegas não têm interesse nessa área porque é emocionalmente muito difícil, e poucos professores são sensíveis ao tema. É complicado lidar com o sofrimento da família e ver pacientes jovens morrendo, já que a gente acaba se identificando mais com eles”, relata a aluna.



A intenção do Conselho Federal de Medicina é, por meio da nova norma, reduzir ao máximo a dor de doentes terminais



# Formação docente

## Licenciaturas

### *Faced promove ciclo de debates para refletir sobre o papel das faculdades de educação nas políticas públicas de financiamento*

Jacira Cabral da Silveira

Hoje, o Brasil investe em torno de 15% da renda per capita anual por estudante no ensino básico. Em diversos países, pobres ou ricos, esse investimento é da ordem de 25%. No dia 26 de junho, a comissão especial do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovou na Câmara dos Deputados a aplicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em políticas de educação ao longo de dez anos, ou seja, até 2020, quando termina a vigência do plano.

Dados como esses permearão o ciclo de debates *As faculdades de educação e as políticas de formação de professores*, promovido pela Faculdade de Educação da UFRGS (Faced) e que terá início no dia 8 de outubro no auditório da Faculdade de Arquitetura. Para o primeiro encontro, foram convidados a presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), professora Iria Brezinski, e o presidente nacional do Fórum de Diretores de Centros e Faculdades Públicas de Educação, Luis Távora Ribeiro, professor da Universidade Federal do Ceará.

Sônia Ogiba, que divide a coordenação do evento com Eunice Kindel, ambas do Departamento de Ensino e Currículo da Faced, acredita que a relevância do ciclo de debates está no fato de poder contribuir para a reflexão sobre as grandes mudanças do mundo contemporâneo e globalizado, que estão diretamente vinculadas às políticas de financiamento da educação pública no contexto brasileiro e, por conseguinte, à formação de professores desenvolvida nas universidades.

Algumas dessas mudanças, de acordo com Sônia, começaram dentro da própria universidade com a reforma curricular, a partir da implantação das novas diretrizes, ocorrida nos anos de 2004 e 2005. Se, por um lado, essa reforma contribuiu para a autonomia das licenciaturas, por outro, a professora avalia que “se perdeu a articulação, esse compromisso com o coletivo da universidade para definir um projeto institucional ou uma política de formação docente na universidade no âmbito das licenciaturas”. E nada mais catalisador, em se tratando de formação de professores, que discutir o investimento em educação, conforme um dos temas centrais do primeiro encontro do ciclo de debates da Faced.

“Trata-se de uma renovação dos vínculos e dos laços da Faculdade de Educação com as demais unidades que formam professores, tendo em vista que a reforma que houve em 2005 produziu uma mudança significativa nos currículos e dali para frente não se retomou uma discussão mais coletiva como tínhamos”, ressalta a coordenadora.

**Financiamento** – De acordo com o ex-presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e professor de Física da USP, Otaviano Helene, o que foi aprovado na Câmara dos Deputados é significativamente maior do que a

situação atual, que é de 5% destinados à educação. “Com o aumento para 7% já nos primeiros anos, e chegando a 10% no final do décimo ano, em relação ao que temos hoje, é um avanço significativo”, avalia o professor, advertindo que, para que esse avanço seja realmente alguma coisa que mereça comemoração, é necessário se saber como essa conta vai ser feita.

“O que foi aprovado pela comissão especial da Câmara são esses 7% e 10%, que se referem a ‘recursos para educação pública’. E a redação inicial da proposta que entrou na Câmara falava de ‘recursos públicos para educação’. Ora, sob o título ‘recursos públicos para educação’ você pode colocar inclusive a subvenção para instituições privadas”, adverte Otaviano.

## A cada 100 vagas na licenciatura, só quatro vão para a sala de aula

Ele insiste que esse é um ponto extremamente importante, pois na forma como ficou a redação final do documento não pode ser computado tipo algum de isenção de imposto ou programas do tipo ProUni ou Fies. “É para a educação pública, e educação pública a gente só pode entender como aquela oferecida pelo setor público, dentro do que a LDB e a Constituição definem como sendo público. Então não dá para colocar na mesma conta subvenções ao setor privado”, explica.

**Contabilidade complicada** – Outro problema do que se faz em termos de investimentos no Brasil, conforme o ex-presidente da Finep, é justamente o que os governos entendem e praticam como sendo investimento em educação. Ele cita o pagamento de aposentados da USP, Unesp e Unicamp, que é incluído no orçamento da universidade, “e isso é computado como gastos com educação, mas é gasto *previdenciário*”.

Conforme o professor, existem recomendações internacionais do que são investimentos em educação: “Grosso modo, trata-se de tudo aquilo que é feito para educar os jovens e as crianças no sistema educacional. O que, numa escola, abrange conta de água, de luz, funcionários técnico-administrativos e professores”. Considerando o que foi aprovado no PNE, o professor afirma: “O que temos de fazer agora é semelhante ao que foi feito na área da saúde, que é definir com todo o rigor o que pode ser considerado gasto com educação pública”.

Caso não seja regulamentado o destino desses 10%, podemos correr o risco de esse montante acabar na múltipla contabilidade, ou seja, o mesmo dinheiro contabilizado como gasto em educação, gasto em ciência e tecnologia e gasto previdenciário. “Uma das maneiras de se estimar o quanto se investe em ciência e tecnologia em São Paulo é pegar uma porcentagem dos gastos das universidades, mas isso já foi computado como previdência e já foi também computado como gasto com educação. O que se está fazendo é uma múltipla contabilidade, não é nem dupla contabilidade, e isso ocorre em todo o país.”

**Sobram vagas** – Quanto à formação de professores, Otaviano considera que o Brasil enfrenta um problema gravíssimo. Na opinião do ex-presidente do Finep, essa situação está fortemente relacionada

à questão da perspectiva profissional, ou seja, basicamente, às condições de trabalho do professor de educação básica, que são muito precárias, tanto do ponto de vista acadêmico e cultural como também do ponto de vista salarial.

De 100 vagas de licenciatura oferecidas no vestibular, somente 60 são ocupadas. Dessas, 20 ou 30 são de alunos que chagam à conclusão do curso, e dessas últimas apenas uma pequena fração vai para a sala de aula. “De cada 100 vagas que você tem no curso de licenciatura, no final da história apenas quatro professores vão para a sala de aula. Física e Química, por exemplo, são cursos relativamente pesados, difíceis, e a perspectiva salarial é muito ruim, por isso ocorre esse fenômeno que afeta o ingresso, a conclusão e a ida para a sala de aula.”

Otaviano espera que agora, com o aumento do percentual destinado à educação: “Possamos resolver essa questão salarial dos professores da educação básica”. Só assim, em sua avaliação, as licenciaturas tornar-se-ão mais atrativas e mais pessoas optarão por se dedicar à docência de forma integral. “De outro lado, esses profissionais, ao melhorarem o salário, poderão ter uma carga menor de trabalho”, ressalta. Há anos o que ocorre nas escolas brasileiras é que um grande contingente de professores tem uma carga de trabalho de 60 horas semanais. “É impossível você trabalhar 60 horas com atividade de ensino”, acusa.

Considerando esse acúmulo de trabalho em função das baixas remunerações, O professor da USP espera que, com os novos índices de investimento em educação, o salário dos professores sofra substancial acréscimo e, com isso, se possam verificar mudanças, como redução da evasão nos cursos de licenciatura, aumento da procura por esses cursos, melhores condições de vida e de trabalho para os professores.



O aumento do percentual destinado à educação poderá resolver a questão salarial dos professores da educação básica





# Confundimos informação com conhecimento

**Susan Greenfield**  
*Pesquisadora mostra que temos mais perguntas do que respostas no estudo das doenças degenerativas*

Samantha Klein

O século XXI é o da conexão *full time*. Independentemente de ser da geração X, Y, Z, ou seja que letra for, é como se não existisse maneira de trabalhar, fazer amizades ou negócios sem estar interagindo por meio das tecnologias da informação. Enquanto os idosos aprendem a usar a internet com segurança, as crianças nascem com um tablet na mão. Assim, a revolução da informação se mostra cheia de vantagens, como a rapidez na comunicação, a oferta de opções de entretenimento sem custo ou mesmo na área da medicina, pois o médico nem precisa estar na sala de operação para orientar sua equipe. Mas como nosso cérebro reage a essas transformações?

A neurocientista Susan Greenfield tem estudado há décadas a relação entre essas mudanças e os efeitos sobre a mente. Vinda de uma geração em que a televisão era o aparelho audiovisual da casa, ela não condena o uso intenso da internet e dos games, mas questiona o tempo que passamos em frente a uma tela e o que deixamos de sentir em uma vida de sensações comuns. “Se você passar 10 horas em frente a um jogo eletrônico, você deixa de passear na areia da praia, sentir o sol no rosto e abraçar alguém. O problema é que a tecnologia se tornou um meio e um fim”, considera a pesquisadora da Universidade de Oxford.

**Habilidade multitarefa** – A geração que cresce em frente ao computador ou passa diversas horas jogando videogame tem diversas vantagens. A pesquisadora lembra que o raciocínio das crianças e dos adolescentes é muito mais rápido do que o de uma ou duas gerações anteriores.

Apesar de essa característica ser uma vantagem importante em uma sociedade competitiva, a britânica Susan Greenfield alerta para o fato de que ser multitarefa não significa compreender as ações realizadas. “Estamos confundindo informação com conhecimento. As pessoas inseridas

nessa cultura audiovisual estão conectadas todo o tempo e processam a informação de uma forma muito veloz, o que é fantástico. Porém, respostas rápidas não significam compreensão dos processos e ações. Por exemplo, quando eu tinha 16 anos, ensinei meu irmão de três a recitar Shakespeare, mas será que ele entendia o que estava falando? É claro que não, mas é própria da primeira infância essa habilidade de responder rapidamente aos estímulos. A analogia é a mesma. Por isso, acredito que é mais importante entender as coisas e os processos a fim de cristalizar a inteligência do que responder espontaneamente”, sustenta a ex-diretora da Royal Institution, um dos mais importantes centros de pesquisa do mundo.

**Possíveis problemas** – Como possíveis consequências negativas de uma geração centralizada em telas, computadores e videogames, está o aumento dos casos de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Na Inglaterra, a cientista mostra que na última década houve um salto no uso de metilfenidato, droga usada para controlar o distúrbio. “Existem evidências de que esse incremento dos casos esteja diretamente ligado ao uso da computação. As pessoas que utilizam esse equipamento durante horas seguidas ficam muito estimuladas visualmente, e são muito altas as chances de se tornarem hiperativas”, considera a professora de farmacologia sináptica.

A neurocientista ainda esteve vinculada a uma polêmica depois da publicação de uma entrevista a um tabloide britânico em que a reportagem afirmava que ela teria ligado os jogadores de videogames à ocorrência de transtornos mentais. Segundo ela, houve um mal-entendido, porém Susan não descarta que a mente de quem é estimulado pelos jogos fique mais infantilizada. “Se você joga videogames, o seu cérebro fica mais infantilizado porque você está vendo o mundo com mais ação, tendo fortes sensações e sendo bombardeado por ícones coloridos em movimento. E sabemos que na adolescência algumas partes do cérebro ainda estão se desenvolvendo, por isso os jovens são mais imprudentes, vivem o agora. Os games contribuem para essa visão infantilizada, gerada por um cérebro estimulado dessa forma”, relata.

E se os livros forem abandonados pelos leitores, caso a tendência seja a de uma cultura cada vez mais ágil e com menos dedicação à leitura demorada? A cientista recorda que ler um livro exige habilidades cerebrais mais complexas do que jogar em frente à tela do computador ou assistir a um

filme no tablet. “A leitura nos exige muitas habilidades, como a imaginação e o poder de abstração. Como definir o que é honra? O Google tem centenas de definições. Pode ser a condecoração pela rainha ou o nome de um game... Basicamente, acho que ler é uma maravilhosa maneira de desenvolver a imaginação das crianças, principalmente se estivermos lendo para elas. Quando você vê um filme, nunca será a mesma coisa. Será uma grande perda se deixarmos de ler uma novela ou uma história de ficção científica”, considera.

**Doenças da mente x exercícios** – A pesquisadora também estuda os mecanismos do cérebro e a relação com doenças degenerativas, como Alzheimer e Parkinson. Segundo Greenfield, o mais difícil é prever quando a ciência vai desenvolver as respostas para o ponto de partida dessas doenças. “Sabemos que a degeneração das células neurais começa muito antes dos sintomas aparecerem. Por isso, o ponto crucial é descobrir onde começa

essa morte das células. Por outro lado, sabemos dos benefícios dos exercícios para o cérebro assim como para o corpo. Exercitar-se ajuda a aumentar o fornecimento de sangue para o cérebro, o que favorece a oxigenação

**É mais importante entender as coisas do que responder de forma espontânea**

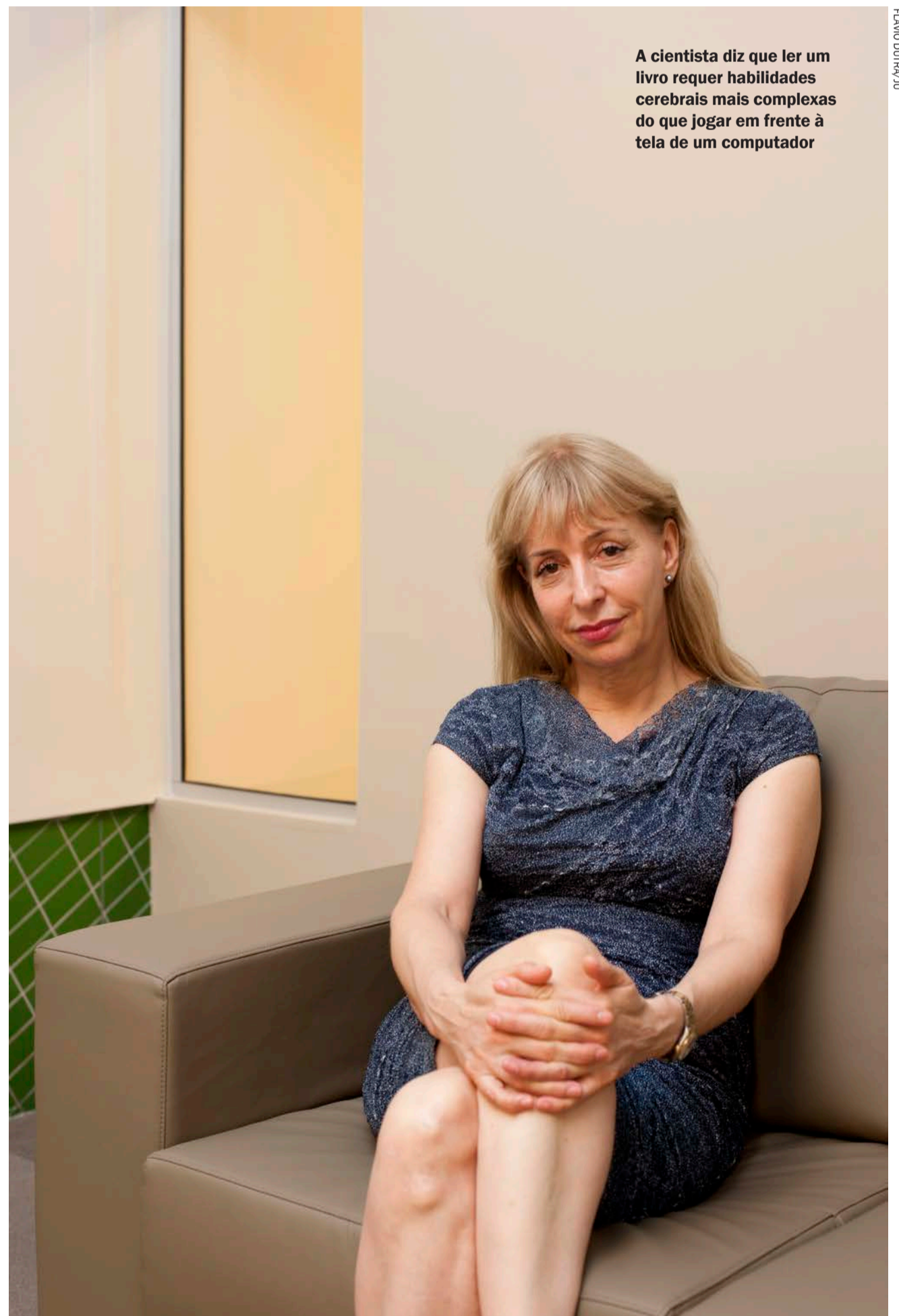
das células”, comenta a neurocientista, destacando que o prazo mínimo para encontrar a resposta é de quinze anos de intensas pesquisas.

Por outro lado, nada garante que doenças degenerativas não possam

acometer qualquer pessoa. Diversos são os escritores e artistas que foram acometidos por esse tipo de enfermidade. Neste ano, o irmão de Gabriel Garcia Márquez anunciou que ele não escreve mais. O autor de *Cem anos de solidão*, *O amor nos tempos do cólera* e *Crônica de uma morte anunciada* estaria sendo acometido por Alzheimer. Porém, também é possível citar aqueles que, mesmo com a doença, têm um bom padrão de vida e exercem funções intelectuais, como é o caso do inglês Terry Pratchett, que segue escrevendo novelas de fantasia. “Ele desenvolve um trabalho brilhante de ficção, mas ainda assim as pessoas se sentem envergonhadas por ele ter publicizado a sua condição. Certamente ele está seguindo à risca a medicação e segue exercitando o cérebro”, relata.

Mas, questionada sobre o tempo desse bem-estar que muitos doentes têm ao conviverem com a doença e com o uso de medicamentos para controlar os efeitos, Susan é enfática: “Eles podem estar bem, mas progressivamente não estarão, infelizmente”.

**A cientista diz que ler um livro requer habilidades cerebrais mais complexas do que jogar em frente à tela de um computador**



FLAVIO DUFRAY/JU

## Baronesa da mente

Susan Greenfield é responsável por popularizar os estudos do cérebro e apresentou o documentário *Brain Story*, produzido pela BBC. A produção mostra desde o funcionamento dos neurônios, as doenças degenerativas e questões como o porquê de termos consciência. Esse também é um dos grandes mistérios da ciência da mente. “Há evidências de que existe um centro de controle em nossas cabeças porque selecionamos um momento particular para estarmos

conscientes dele”, relata a professora de Oxford e do Lincoln College, garantindo que há muito a estudar a respeito.

Membro da Câmara dos Lordes, a pesquisadora é autora, entre outros, dos livros *The human brain*, *Journey to the centers of the mind*, *Private life of the brain*, *Tomorrow's people: how 21st century technology is changing the way we think and feel*, e recebeu 30 títulos honorários e o Michael Faraday Prize, concedido pela Royal Society.



# O que a África ganhou?

## Conhecimento partilhado

### O Programa Estudante Convênio Graduação completa 50 anos, tendo formado mais de mil pessoas somente na UFRGS

Samantha Klein

O que significa estudar em um lugar diferente e voltar ao país de origem? Qual será o impacto e a contribuição para a educação da própria terra natal? É difícil mensurar com dados, mas os alunos que estiveram no Brasil para cursar a graduação contam como é a experiência de atravessar o oceano para estudar e voltar para casa para tentar mudar a própria realidade.

Apesar de o Programa Estudante Convênio Graduação (PEC-G) estar completando cinco décadas neste ano e ter formado mais de 1,1 mil estudantes vindos da África e da América Latina, ainda não se tinha realizado um estudo para averiguar o impacto do retorno dos estudantes. Uma avaliação começou a ser feita no ano passado, quando o projeto *Cidadania, migrações temporárias, racializações e juventude: o impacto do PEC-G na formação de lideranças e no desenvolvimento de países africanos*, coordenado pela antropóloga e

servidora da UFRGS Nara Magalhães, foi contemplado por um edital de pesquisa do CNPq.

O levantamento foi feito em três países de língua oficial portuguesa com 15 entrevistados que estudaram no Brasil. Foram selecionados Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique, que fazem parte do PEC-G. A partir de muitas histórias, verificou-se que as dificuldades foram grandes na volta para casa, mas os resultados pessoais e sociais são compensadores.

**Pelo Direito** – Adilson não esquece o dia em que desembarcou em Porto Alegre. Num domingo chuvoso de março de 2006, ele chegou ao aeroporto Salgado Filho em um voo no qual não havia nenhum outro estrangeiro, sem ninguém para esperá-lo na chegada, além de ter um bilhete nas mãos com o endereço errado do local onde deveria passar as primeiras noites. Ainda teve a sorte de contar com a solidariedade de um taxista, que lhe emprestou um cartão telefônico para que fizesse contato com a colega de quarto e localizasse o abrigo temporário.

Chegar a um país estranho, deixando a família e os amigos para trás, não foram as únicas dificuldades enfrentadas por Adilson Lopes, que veio de Cabo Verde para realizar o sonho de estudar Direito e ser juiz. Desafios que ele relembra com a emoção de quem viveu aquilo tudo como uma construção. Foi complicado conseguir a vaga para cursar Direito, se adaptar a um país diferente e ultrapassar a solidão inicial. “Passado o período de adaptação, comeci a sentir-me em casa, tive boa integração no meio acadêmico e fiz belas e sinceras amizades. Tornei-me uma pessoa muito mais madura e bem mais preparada para a vida. Hoje, considero o Brasil minha segunda casa”, conta.

O retorno a Cabo Verde também não foi nada fácil para um recém-

formado. Apesar de agora estar bem empregado, penou para ingressar no mercado de trabalho. Em março do ano passado, logo depois da formatura e do regresso à terra natal, se inscreveu em um programa de estágio profissional na administração pública, financiado pelo governo. “É claro que eu não fui selecionado no primeiro momento, porque a prioridade é dada para quem está formado há mais tempo, à procura do primeiro emprego ou desempregado. No entanto, graças a uma desistência, fui chamado em maio para fazer um estágio remunerado com duração de seis meses no Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, sediado na capital federal. Ao final, em virtude do meu bom desempenho, o Instituto me contratou por um ano com a possibilidade de efetivação”, comemora.

“Tornei-me uma pessoa bem mais preparada para a vida”

Adilson Lopes,  
Cabo Verde

Existe uma forte valorização dos profissionais formados em outros países, porém as áreas de formação precisam ser de interesse para o desenvolvimento do país. “Tenho muitos colegas e amigos que se formaram há muito mais tempo ou no mesmo período que eu e que continuam desempregados. Aqui em Cabo Verde, atualmente, temos muita gente com

formação superior, e o mercado não oferece vagas para todos”, lamenta Adilson.

**Sob golpe** – “Há dois anos eu diria que pelo menos o ensino básico melhorou bastante em Guiné. Agora é difícil responder por que, mais uma vez, estamos a vivenciar um capítulo de intervenção do exército no Executivo do país. E quando acontece esse tipo de situação, cria-se um ambiente de impotência e desinteresse em todos os sentidos”, lamenta José Fernandes Júnior, que retornou à Guiné-Bissau depois de se formar em Ciências Sociais na UFRGS. Em abril deste ano, ele presenciou o golpe militar durante o segundo turno da eleição presidencial.

O país de língua portuguesa vinha numa progressão de iniciativas para melhorar a educação, o que José Fernandes acompanhava desde seu retorno no começo de 2010 como funcionário da Secretaria de Estado das Pescas e coordenador de um projeto de formação de professores junto do Ministério da Educação e da Unesco (interrompido em função da intervenção militar). A Assembleia Nacional Popular aprovou, nesse intervalo, legislação específica para a educação, como o Estatuto do Professor e a Lei Base do Sistema Educativo, porém, agora o clima é de incerteza política e social.

Em Guiné-Bissau, o número de opções em formação técnica e superior vem aumentando; ainda assim, o cientista social, apesar de não ter filhos, diz que, se os tivesse, incentivaria que fossem buscar qualificação no exterior. “Independentemente de termos três grandes universidades, está em vista a abertura de mais uma por iniciativa de pessoas que estudaram no exterior. Mesmo assim, incentivaria meu filho a estudar fora, a não ser que a vida política volte à normalidade com a ordem democrática”, sustenta.

**No local de retorno** – Até há pouco tempo, ninguém havia realizado uma pesquisa para verificar as condições de retorno e os benefícios trazidos pelos estudantes graduados no exterior em sua volta para casa. Por isso, depois que o projeto capitaneado pela antropóloga Nara Magalhães foi contemplado, foram selecionados coordenadores nos três países de língua portuguesa, a fim de facilitar a localização dos egressos. Assim, aproximadamente 45 ex-alunos foram entrevistados em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique. “Perce-

“É uma geração extremamente comprometida com o desenvolvimento do seu país”

Nara Magalhães,  
Prograd

bemos que as pessoas estão inseridas em bons empregos públicos, como em ministérios na área social, educacional e política. Essa é uma geração extremamente comprometida com o desenvolvimento do seu país. O Programa não só tem sucesso, como existe uma demanda para estudantes que querem fazer pós-graduação”, afirma a pesquisadora.

“O Programa é muito importante, mesmo que sejam poucos os alunos matriculados por semestre. Pensamos em ampliar o PEC-G, a fim de incentivar alguns professores para se especializarem aqui”, relata a vice-pró-reitora de Graduação, Andréa Benites, que também participou da viagem à África.



Estudantes na Universidade São Tomás, de Moçambique

## Um primeiro passo

O Programa Estudante Convênio Graduação (PEC-G) começou a trazer estudantes da África e da América Latina em 1962 e mantém a média de cem alunos matriculados em universidades brasileiras. A cada ano, cerca de 15 estudantes ingressam na UFRGS, mas instituições de todo o país participam do PEC-G, informando ao Ministério da Educação que vagas podem ser disponibilizadas para os alunos estrangeiros depois das definições das comissões de graduação de cada curso. Os candidatos se inscrevem nas embaixadas de seus países de origem antes de virem para o Brasil e devem comprovar a capacidade de manter os estudos.

Mesmo assim, existem mais vagas disponíveis do que alunos dispostos a vir. “Isso ocorre porque nem sempre são oferecidas vagas para os cursos desejados. Além disso, eles estão muito mais próximos da Europa e têm como segunda língua o inglês”, diz Nara, sustentando que os africanos têm uma ampla gama de escolhas.



# Saúde em risco

## Medicina estética

**Optar pelo procedimento mais barato, sem checar a confiabilidade do tratamento, pode trazer mais problemas que benefícios**

A cada dia a mídia anuncia novos tratamentos estéticos. Prometendo resultados milagrosos, crescem a variedade das técnicas e o número de estabelecimentos que as oferecem a preços cada vez mais acessíveis. Os problemas aparecem quando esses novos tratamentos surgem a uma velocidade que ultrapassa a capacidade de comprovação científica. Embora a procura por novidades na área da estética seja grande, especialistas aconselham prudência, pois não há evidências científicas sólidas sobre a eficácia e a segurança de grande parte desses procedimentos.

Quando saúde e estética se confundem, fica difícil saber o que cabe à medicina e o que pode ser realizado por esteticistas, uma situação perigosa, pois a decisão errada pode trazer sérios problemas. Segundo Marcus Collares, professor da Faculdade de Medicina da UFRGS e ex-presidente da Associação Brasileira de Cirurgia Crânio-maxilo-facial, “qualquer procedimento invasivo que implique punções, cortes ou injeções deve ter a indicação feita por profissionais médicos – e mesmo qualquer substância aplicada na pele que tenha o poder de causar dano ou trazer complicações também deve ter, no mínimo, uma prescrição médica”.

A busca de um corpo bonito pode ser benéfica por refletir o amor próprio e elevar a autoestima, desde que não prejudique a saúde. Conforme a dermatologista Paula D'Elia, “a autoestima é muito importante para a felicidade e a saúde mental, mas cabe ao médico saber orientar o paciente para não ultrapassar o limite saudável”. As tecnologias e os tratamentos estéticos apresentam ótimos resultados quando bem indicados e realizados com segurança, e podem ser utilizados, mas apenas como coadjuvantes nessa busca, aliados a hábitos saudáveis, alimentação balanceada e exercícios físicos.

**Clínica ou salão de beleza?** – A popularização das clínicas de estética esconde problemas graves, pois muitos desses estabelecimentos não possuem a segurança necessária para a realização dos procedimentos oferecidos nem contam com profissionais com a qualificação adequada. A palavra “clínica” está ligada à atuação de médicos, no entanto, muitas dessas clínicas de estética são na verdade salões de beleza. De acordo com Collares, “a banalização das condutas

médicas, quando relacionadas à área estética, é um dos principais problemas. Os pacientes, muitas vezes, pensam e agem como se estivessem indo ao cabeleireiro, e infelizmente existem também profissionais médicos que banalizam a sua atuação”. Cometer esse erro corresponde a menosprezar a seriedade do trabalho médico, colocando em risco a própria saúde.

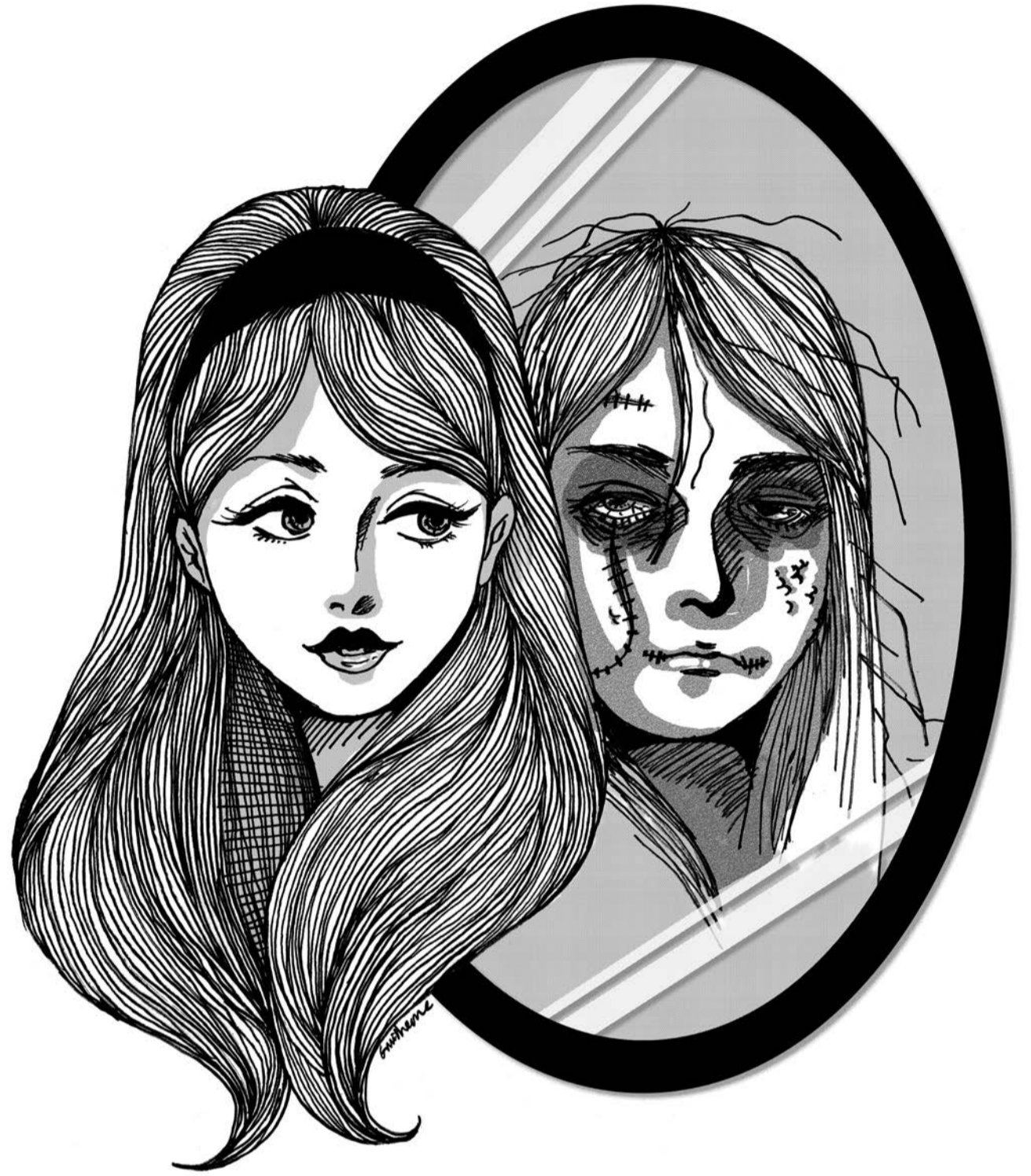
Para o cirurgião, a oferta de procedimentos médicos em salões de beleza é quase um problema de saúde pública. “O número de complicações que isso traz, com sequelas, necessidade de tratamento (muitas vezes invasivo) para a remoção de substâncias aplicadas, para o reparo desses males, é muito grande. Definitivamente, qualquer coisa que tenha de ser implantada, injetada, fundamentalmente deve ser feita por um médico, e não pode ser realizada em locais que não tenham a ação direta do médico – não basta dizer que tem um médico responsável, deve haver a ação direta dele.”

Um exemplo de procedimento oferecido em clínicas de estética que requer atenção é a lipocavitação, anunciada como uma opção com resultados semelhantes à lipoaspiração, mas mais barata, rápida, sem riscos e indolor. Mais conhecida como “lipoaspiração sem cortes” ou “lipoaspiração sem cirurgia”, essa técnica consiste na aplicação de ondas de ultrassom numa determinada frequência que quebram células de gordura (adipócitos). A ruptura das membranas das células faz com que a gordura seja levada pelo sistema linfático, com parte sendo metabolizada pelo fígado e outra parte eliminada pelas fezes e urina.

Os apelidos da lipocavitação podem gerar confusão, pois “a lipoaspiração não é um procedimento que possa ser feito sem cirurgia. Se não for assim, não é lipoaspiração, e deveria ser anunciada como outra coisa”, alerta Collares. Outro equívoco provocado pelos anúncios é a ideia de que esse procedimento não traria riscos aos pacientes, quando, na verdade, a cavitação provoca um aquecimento intenso do tecido adiposo, podendo levar a queimaduras internas. Além disso, a técnica é contraindicada para pacientes com problemas renais, de fígado ou do coração, diabetes, grávidas, pessoas obesas ou com colesterol elevado. Portanto, o acompanhamento médico é fundamental para o tratamento de eventuais reações.

Outro fator fundamental é verificar se o aparelho utilizado possui certificação junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Como explica Paula D'Elia, “o órgão regula todos os medicamentos e equipamentos na área da saúde no Brasil. Sempre que vou aprender uma nova técnica, a primeira informação que procuro saber é sobre a aprovação na Anvisa”. No Brasil, existem aparelhos não certificados à venda, e é sabido que o valor de uma máquina com certificação da Agência é maior, o que explica a discrepância de valores entre os tratamentos.

**Bibiana Guaraldi, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabco**



## Especialidade não reconhecida

Outra questão delicada resultante da relação entre saúde e beleza é a dos cursos de medicina estética. As principais entidades médicas brasileiras, o Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Associação Médica Brasileira (AMB) não reconhecem essa especialidade. Apesar disso, há vários cursos de pós-graduação nessa área autorizados pelo Ministério da Educação.

Para o professor da Faculdade de Medicina da UFRGS Marcus Collares, a existência desses cursos é uma incongruência causada por falhas na legislação brasileira. Segundo ele, “o órgão máximo que regula a atuação médica no país é o CFM, que tem muito claro quais são as especialidades médicas reconhecidas pela Associação Médica Brasileira. E a medicina estética, definitivamente, não é uma delas, logo, causa espanto que esses cursos sejam permitidos”.

Ao realizar procedimentos que não são atributos da sua área de formação, os médicos formados nesses cursos não praticam crime, pois na Constituição brasileira está previsto que todo profissional formado em medicina pode realizar qualquer ato médico. Entretanto, dizer-se especialista em uma área que não é oficialmente reconhecida é uma infração grave ao Código de Ética Médica.

“Quem não tem especialização nas áreas reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina só pode fazer quaisquer atos médicos, que não a clínica

médica básica, com risco para si mesmo e para o paciente”, afirma Collares.

Além do reconhecimento do CFM, as principais diferenças entre cirurgiões plásticos e dermatologistas e os médicos esteticistas residem na formação desses profissionais. Os cursos de pós-graduação em Medicina Estética costumam ter duração de um a dois anos, muitos com aulas apenas aos finais de semana, enquanto para se tornar cirurgião plástico, além de cursar a Faculdade de Medicina por seis anos, é preciso completar mais dois de residência médica em cirurgia geral e outros três de residência em cirurgia plástica, contabilizando ao todo onze anos de formação.

O professor argumenta que “a atuação do médico já é tão exposta a riscos, que mesmo com a formação longa se está sujeito a ter complicações, imagine então com médicos que não tenham tanta especialização ou, pior ainda, com profissionais que não sejam nem médicos”.

A dermatologista Paula D'Elia acrescenta ainda que, “devido à formação precária, esses profissionais muitas vezes fazem procedimentos com menor segurança. Eles, na maioria das vezes, estão mais preocupados em ganhar dinheiro rápido (gastando menos no material usado e cobrando menor preço) e em oferecer resultados visíveis, deixando a segurança do paciente para trás e fazendo coisas que podem ser prejudiciais à saúde”.

## Compras coletivas - o barato pode sair caro

Procedimentos oferecidos em clínicas de estética têm se tornado cada vez mais populares, principalmente após o surgimento dos sites de compras coletivas, que anunciam grandes descontos, e de empresas especializadas em consórcios e parcelamentos de cirurgias plásticas e outros tratamentos estéticos. Enquanto era promovida apenas a comercialização de produtos, não havia problema. No entanto, a venda de serviços e de procedimentos médicos de risco é uma questão bem mais séria. Apesar de facilitar o acesso aos tratamentos, essa prática é uma falta

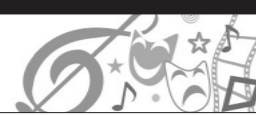
grave ao Código de Ética Médica, que a considera incompatível com o exercício da medicina. É vedado aos médicos manter qualquer espécie de vínculo com esse tipo de empresa, bem como anunciar as condições de pagamento como fator diferencial, conforme o Artigo 58 do Código, que proíbe o exercício da profissão de forma mercantilista.

Além disso, o Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou em agosto do ano passado a Resolução n.º 1.974/11, em que estão dispostas as regras para a publicidade médica. A norma é uma atualização de outra, editada em 2003 (antes do surgimento dos

sites de compras coletivas), e, além da oferta de serviços por meio de consórcios e do uso de cupons de desconto, proíbe também o anúncio da utilização de técnicas exclusivas, a garantia ou insinuação dos bons resultados do tratamento e a divulgação de tratamentos cujo valor ainda não tenha sido reconhecido cientificamente por órgão competente.

Mais do que garantir o decoro da profissão, as regras visam, principalmente, à preservação da saúde dos pacientes. No caso dos sites de compras coletivas, por exemplo, o paciente não tem qualquer contato com o profissional que irá atendê-lo ao

comprar um procedimento pela internet. Adquirir um pacote de tratamento estético sem antes consultar um médico e sem que haja uma indicação específica para as suas necessidades pode significar gastar dinheiro à toa. E o prejuízo financeiro é o menor dos problemas, pois qualquer procedimento estético mal indicado ou mal realizado pode trazer sérios prejuízos à saúde. “Profissionais sérios avaliam o paciente como um todo e podem muitas vezes contraindicar procedimentos que ele possa querer realizar, mas que seriam arriscados para a sua saúde”, afirma a dermatologista Paula D'Elia.



# Só as crianças se salvam

## Filosofia

**Simon Blackburn sugere que devemos nos questionar de forma permanente**

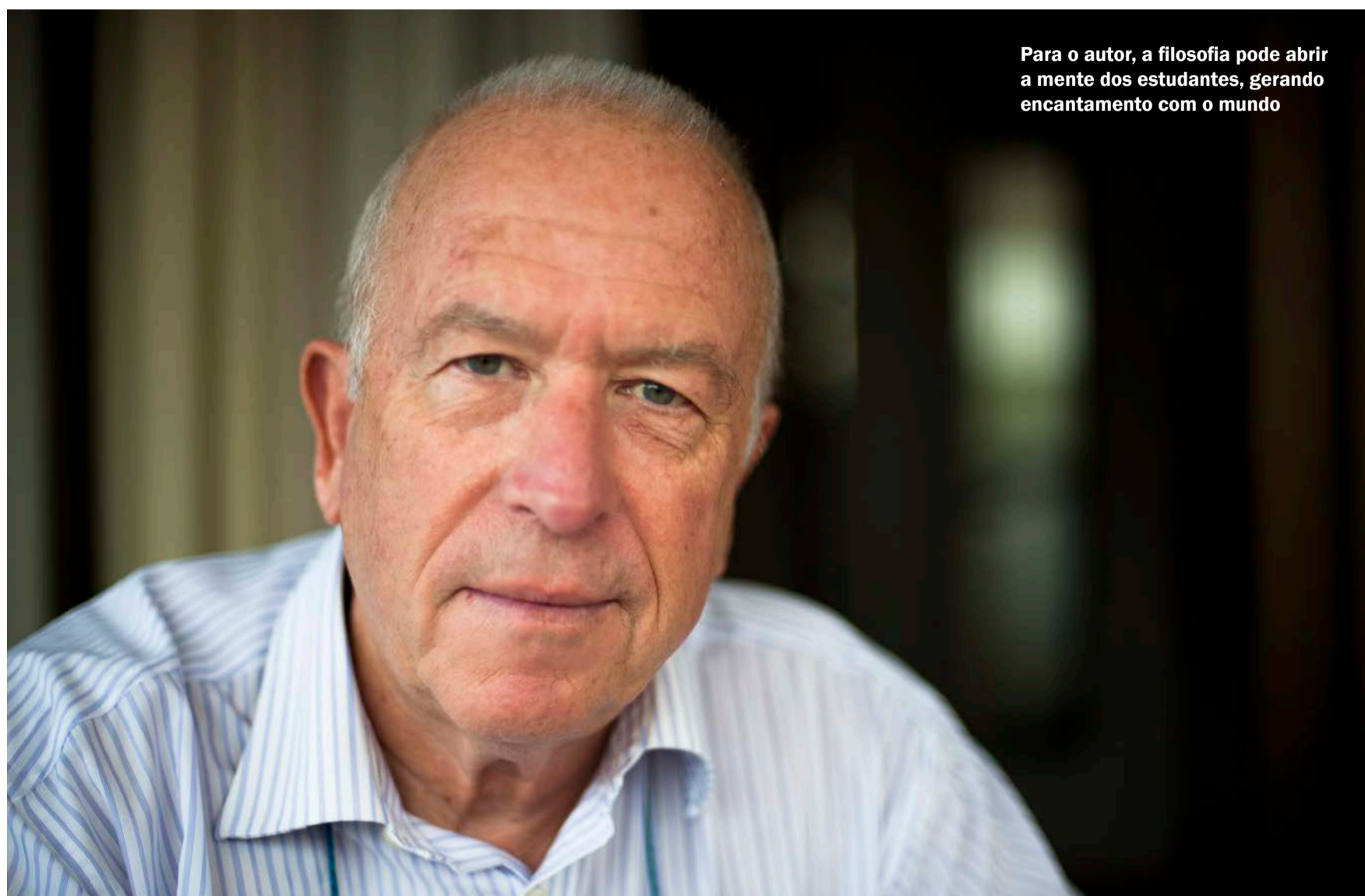
Samantha Klein

Poderá parecer um chavão dizer que a filosofia é a ciência do questionamento, porém, quantos de nós estamos aptos a questionar a ordem vigente? Quantos de nós estamos imunes à influência da cultura e dos padrões de moralidade que mantêm uma sociedade? O filósofo britânico Simon Blackburn não desconstrói tudo, mas critica o ensino, a religião e lembra que, se pensarmos em todos os processos antes de executarmos qualquer atividade, poderíamos ter um futuro mais compreensível.

**O pêndulo e a reflexão** – Blackburn costuma utilizar o pêndulo como uma metáfora da reflexão. Para isso, conta a história da filha, estudante em um colégio de Oxford. No final de um dia chuvoso, a jovem retornou para casa dizendo não gostar de física e que não voltaria a estudar a disciplina, pois não compreendia aquilo que o professor dizia. Para ela, não havia sentido resolver um problema de cálculo de energia e velocidade de um pêndulo. “Ela disse: eu não vejo energia alguma, como vou calcular isso?”, relata o pai-filósofo. Segundo o pensador, o conceito, que levou mais de dois séculos para ser compreendido, de Galileu a Foucault, não pode ser entendido se um educador, além de mostrar fórmulas no quadro negro, não se preocupa em explicar o significado do pêndulo. “Quando ela falou que não havia entendido, o professor mandou-a sentar e resolver a questão sem reclamar”, critica.

Por isso, o filósofo discorda da postura pedagógica da escola quando impõe conceitos sem deixar margem a questionamentos. Blackburn considera que as pessoas não refletem sobre aquilo que escutam. “São cegas às possibilidades e às opções políticas. Esse exemplo mostra que tudo pode ter dois lados ao menos e que para compreender é preciso questionar. Só assim é possível subverter a ordem. Como as crianças questionam naturalmente e querem entender todas as questões, elas são filósofas natas. O único problema é que tem muito adulto que tenta reprimir o questionamento. Refletir incomoda”, considera.

O pensador ficou feliz em saber que no Brasil a filosofia é disciplina obri-



Para o autor, a filosofia pode abrir a mente dos estudantes, gerando encantamento com o mundo

FRANCISCA OLIVEIRA

gatória no ensino médio. “A vantagem da filosofia é que ela abre a mente dos alunos para que eles se deem conta dos conceitos mais complexos. Se eles aprendem ao descobrir o real significado das coisas e o seu funcionamento, terão um padrão incomparável de encantamento com o mundo”, ressalta.

A fim de modificar as normas que perpassam a sociedade e restringem a reflexão diária, somente a paciência pode colaborar, já que as mudanças sociais levam décadas para ocorrer. “A fórmula para uma sociedade melhor é uma charada nada fácil de revelar. Para termos uma boa cidade é preciso ter bons cidadãos, mas para ter bons cidadãos é preciso ter uma boa cidade. O mesmo vale para a escola. Para termos bons estudantes, precisamos de bons professores. Mas se os educadores não forem bem-educados como serão bons educadores?” Blackburn deixa para as próximas gerações as respostas, pois as perguntas estão sendo feitas.

**Abaixo os dogmas** – Para o filósofo, a Igreja é como os regimes militares pelos quais passaram países como o Brasil, a Argentina e o Chile. Baseada na coerção, a Igreja elimina a filosofia da vida das pessoas, justamente por frear as perguntas. A explicação é sempre divina e impede a reflexão sobre o porquê das coisas.

“A função da religião é proporcionar consolação às pessoas, que muitas vezes não estão felizes com suas vidas e precisam buscar uma explicação para isso. Em lugar de respostas, elas encontram a promessa de que após a morte tudo estará bem. Isso parece muito atrativo. Quando Marx dizia que a religião é o ópio das massas, ele não estava sendo rude, estava sendo verdadeiro”, sustenta.

O que salva a Igreja é a criação da moralidade, de acordo com Blackburn. É a moralidade que reúne as pessoas e lhes permite viver em sociedade. “Nós não somos átomos individuais, somos partes do grupo, por isso temos de aprender os termos segundo os quais devemos viver cooperativamente. É aqui que entra a moralidade. Porque, se as pessoas pensarem somente de forma individualista, o conjunto será pior, mesmo nas sociedades mais ricas”, afirma.

Nessa linha de pensamento, Blackburn também questiona o que é verdade por meio do conceito do quase-realismo. Ele parte de premissas antirrealistas que negam a moral, mas que acabam por se tornar aceitáveis e, portanto, realistas. Como no caso de um crime que é moralmente condenado. O conceito do professor inglês remete à Kant, que em *Crítica da razão prática* apontou que as concepções de Deus e alma são conceitos que direcionam o humano. Assim,

## Quem é ele?

Autor de títulos como o *Dicionário Oxford de filosofia*, *A república de Platão*, *Verdade: um guia para os perplexos* e *Pense: uma introdução à filosofia*, seus textos buscam simplificar a filosofia e torná-la presente no dia a dia das pessoas. Simon Blackburn é ex-professor da Universidade de Cambridge e por

décadas ensinou seus alunos a pensarem na filosofia. Blackburn também é vice-presidente da *British Humanist Association* e membro honorário da *American Academy of Arts and Science*. Ele esteve pela primeira vez em Porto Alegre para realizar conferência no Fronteiras do Pensamento, no começo de agosto.

para Kant, o uso puro da razão não tem utilidade, mas sim o uso prático da racionalidade. Deus, dessa forma, pode ser considerado um uso prático. Assim, Blackburn constrói uma concepção que se opõe ao que muitos escritores dizem sobre a verdade, conhecimento e ética.

O filósofo diz que o impacto do mundo percebido e as crenças que perduram na sociedade geram hábitos, sentimentos e ações que são projetadas como verdade e realidade, passíveis de aprovação ou desaprovação. Verdades essas que muitas vezes só existem por causa da ação humana. Nesse ponto Blackburn relativiza os conceitos clássicos de realismo e de antirrealismo. Segundo o pensador, deveríamos acreditar num

quase-realismo para melhor compreendermos os valores sociais vigentes. “Essa postura explica a aparência realista do pensamento moral cotidiano e nos dá um norte para pensar”, resume.

Se Sócrates disse que uma vida não examinada não vale a pena, e Hegel apontou que a filosofia é a rainha das ciências, o que podemos entender disso é que tudo nos leva à reflexão. Para Blackburn, o nosso olhar não é inocente, mas um olhar que aprendeu a caracterizar as coisas, pois “enxergamos através de lentes os hábitos, os preconceitos e a cultura”. Porém, como um bom filósofo, ele não dá as respostas. Faz o mais importante, sugere que perguntas devam ser feitas.

## JU indica



### A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica

Walter Benjamin  
Porto Alegre, Editora Zouk,  
2012, 127 páginas  
R\$ 38 (preço médio)

Escrito há 76 anos, esse texto do filósofo, ensaísta, tradutor, crítico literário e sociólogo conserva o vigor. A edição caprichada, recheada de referências, fotos e notas apresenta ao leitor brasileiro uma tradução inédita da segunda versão alemã do ensaio, tida por muito tempo como desaparecida e localizada entre os arquivos de Max Horkheimer em 1989. A tradução de Francisco De Ambrosio Pinheiro Machado respeita os estranhamentos que

inevitavelmente surgem na tarefa de transposição de uma língua a outra, o que exige uma leitura mais atenta. No entanto, o prazer suscitado por certas passagens do ensaio segue inalterado. O trecho em que Benjamin analisa as funções sociais do cinema é um bom exemplo: ao defender que a mais importante função social da sétima arte é estabelecer o equilíbrio entre o homem e o aparato, o pensador abre uma instigante linha de pensamento: “Nossos bares e ruas de grandes cidades, nossos escritórios e quartos mobiliados, nossas estações de trem e fábricas, pareciam nos encerrar sem esperança. Então, veio o cinema e explodiu esse mundo encarcerado com a dinamite dos décimos de segundo, de tal modo que nós, agora, entre suas ruínas amplamente espalhadas, empreendemos serenamente viagens de aventuras”. Isso serve de pretexto para que Benjamin mais adiante sentencie que o cinema se constitui no objeto mais importante da teoria da recepção, que entre os gregos se chamava estética. (Ánia Chala)

O trabalho é um fator indissociável da história da humanidade e, mais especificamente, do cinema – o primeiro filme de que se tem notícia, produzido pelos irmãos Lumière em 1895, registra a saída dos operários de uma fábrica. Lorena Holzmann, socióloga especializada em Sociologia do Trabalho e cinéfila, une os dois assuntos neste livro que trata das representações do trabalho no cinema. A autora não pretende fazer a crítica cinematográfica das 23 obras analisadas ou apresentar suas



### O trabalho no cinema (e uma socióloga na plateia)

Lorena Holzmann  
Porto Alegre, Tomo Editorial,  
2012, 200 páginas  
R\$ 29 (preço médio)

tramas narrativas (embora isso aconteça), tampouco analisar sua qualidade e relevância para a história do cinema. Seu objetivo foi expor as relações que os diferentes personagens retratados têm com o trabalho, mostrando a ambiguidade dessa atividade e os diversos sentidos de que pode ser revestida. São analisadas produções de diferentes épocas e estilos, tendo como elemento comum a presença do trabalho. Logo na apresentação, a autora informa que esta é uma obra introdutória à Sociologia do Trabalho, que teve como ponto de partida um seminário apresentado por ela para alunos do curso de Ciências Sociais da UFRGS. Entretanto, os temas aqui abordados podem ser facilmente compreendidos por leitores leigos. Ao final da obra, um índice temático lista os assuntos tratados ao longo do livro, os filmes e seus conteúdos específicos. Além disso, é oferecido ao leitor um levantamento bibliográfico não apenas das obras citadas, mas também de outras que tratam do mesmo tema, servindo de guia para aqueles em que a publicação tiver despertado o interesse pela sociologia do trabalho. (Bibiana Guaraldi)



# Vitrine da Universidade

**Lançamentos na praça** *A presença das editoras universitárias, o incentivo à leitura e a troca de conhecimento na 58.ª edição da Feira do Livro de Porto Alegre, a maior feira a céu aberto da América Latina*

Em 1955, Porto Alegre tinha 400 mil habitantes. Bondes circulavam e o leite era entregue na porta de casa. As livrarias eram espaços de luxo, e adquirir um livro, sinal de erudição. Obras literárias expostas em barracas na praça não faziam parte do imaginário coletivo de então. Mesmo assim, comprovando que para que qualquer mudança aconteça é preciso uma primeira tentativa, naquele ano foi inaugurada a Feira do Livro de Porto Alegre, uma das mais antigas do país. A iniciativa foi do jornalista Say Marques. Na volta de uma viagem ao

Rio de Janeiro, em que ficara impressionado ao ver livros sendo vendidos na rua na Cinelândia, o então diretor-secretário do extinto *Diário de Notícias* resolveu importar a ideia para a capital gaúcha. E no dia 16 de novembro de 1955, quem passou pela Praça da Alfândega viu as 14 barracas da primeira Feira com um slogan que resumia a intenção do evento: “Se o povo não vem à livraria, vamos levar a livraria ao povo”.

**Literatura ao ar livre** – Hoje, na 58.ª edição, a Feira do Livro de Porto Alegre

é a maior feira de livros a céu aberto da América Latina – e também uma das mais longas. Entre os dias 26 de outubro e 11 de novembro, o evento levará ao Centro Histórico da capital um público aproximado de um milhão e meio de pessoas. Com a participação de escritores, ilustradores, contadores de histórias e outros mediadores da leitura, a programação envolve mesas-redondas, oficinas, palestras e debates em diversos espaços culturais.

Tradicionalmente, é um ponto de encontro para os amantes do livro. São 17 dias de trocas intelectuais, culturais e mesmo de entretenimento, além do comércio, que movimenta o setor editorial durante o período. No ano passado, foram vendidos cerca de 460 mil exemplares, 12% a mais do que em 2010.

Muitas editoras contribuem para esses números, entre elas a Editora da UFRGS, fundada em 1971 e que participa da Feira desde 1978. Com mais de 800 títulos, atualmente a média de vendas da Editora no evento é de aproximadamente 10 mil volumes a cada edição. Para a diretora, Sara Viola Rodrigues, a presença da Editora na Feira do Livro é importante por dois motivos. “O primeiro deles é que a grande meta da Editora é aproximar leitura e leitores. E isso feito em praça pública, como é o caso, é determinante. E o segundo motivo é a confirmação da ‘grife’ UFRGS: o público chega no estande para saber não só sobre os livros, mas sobre a Universidade como um todo – como é o vestibular, como é a vida aqui dentro”, afirma. O estande, nas palavras de Sara, é como uma “vitrine da Universidade”: divulga para o público externo o trabalho e a produção acadêmica realizados internamente.

**As universidades vão às feiras** – A participação de editoras universitárias em feiras literárias não é uma prática nova. A Editora da Universidade de Brasília, por exemplo, fundada em 1962 e uma das mais antigas do país, participa da Feira do Livro da Capital Federal desde sua primeira edição, em 1982. A grande recompensa, também para a editora brasileira, é a divulgação da produção acadêmica e o contato com o público leitor.

Diretores de editoras universitárias são unânimes em dizer que as feiras são uma oportunidade de mostrar o trabalho da universidade, incentivar a leitura e, principalmente, proporcionar o contato direto das pessoas com o livro. “Durante a Feira, a sociedade está ali dizendo ‘queremos livros’. Em nenhum outro momento existe esse público voltado especialmente para receber livros. E eles estão ali para isso. Então, se nós temos uma quantidade enorme de títulos, com o conhecimento impresso no papel, de que adianta isso ficar preso nos porões do estoque? Temos que levá-los ao público. E é esse o nosso objetivo: aproximar o leitor da leitura”, ressalta Sara.

Para Gilberto de Castro, da Editora da Universidade Federal do Paraná, participar de feiras é uma forma de abrir espaço para uma produção literária que costuma ser menos propagada. “Muitos dos temas que as editoras universitárias editam provavelmente não seriam publicados se dependessem apenas das editoras mais comerciais. Neste ano, pela primeira vez, vamos juntar a nossa Feira Universitária do Livro com a Feira do Livro do Sesc. O objetivo é a criação de um evento cultural sobre o livro e a leitura que nunca existiu sistematicamente em Curitiba e que vai

disseminar ainda mais o conhecimento acadêmico”, destaca. Shani Carvalho Ceretta, da Editora da Universidade Federal de Santa Maria, acrescenta ainda que a presença na Feira do Livro é um dos melhores caminhos para chegar aos leitores: “Percebemos que existe procura para todos os assuntos. E o retorno, em termos de vendas e visibilidade, é sempre positivo. Tanto os clientes quanto os autores se dão conta de que nós não estamos ‘estacionados’, nós vamos ao encontro do público leitor”.

**Publicações da UFRGS** – Na rotina da Feira, em meio aos painéis, palestras e demais atividades, a possibilidade de encontro com os escritores é um dos principais atrativos. As sessões de autógrafa, marca dessa interação entre leitores e autores, foram introduzidas em 1956 por Erico Verissimo. Inicialmente consideradas um ato de exibicionismo ostensivo, foram, na verdade, essenciais para popularizar e incentivar outros autores e trazer o mundo dos livros e da leitura para mais perto do público.

A Editora da UFRGS, neste ano, tem programadas dez sessões de autógrafos. “São títulos em todas as áreas do conhecimento. Quer dizer, as pessoas estão vendo o que fazemos, o nosso trabalho. Esse talvez seja o grande retorno, porque nós percebemos que o público chega ao estande para avaliar a Universidade e sai com a confirmação de que a UFRGS é uma referência”, analisa a diretora. As sessões de autógrafos dos lançamentos deste ano começam no dia 28 de outubro e vão até o último dia da Feira.

**Priscila Kichler Pacheco, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da Fabcio**

## Sessões de autógrafos



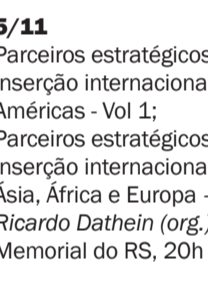
**28/10**  
Categorias jurídicas e violência sexual: uma negociação com múltiplos atores  
Miriam Steffen Vieira  
Praça de autógrafos, 18h



**4/11**  
Eu sou você  
Tania Mara Galli Fonseca, Bianca Brites (orgs.)  
Praça de autógrafos, 18h



**5/11**  
Parceiros estratégicos para a inserção internacional do Brasil - As Américas - Vol 1;  
Parceiros estratégicos para a inserção internacional do Brasil - Ásia, África e Europa - Vol 2  
Ricardo Dathein (org.)  
Memorial do RS, 20h



**5/11**  
Dimensões socioculturais da alimentação: diálogos latino-americanos  
Renata Menasche, Marcelo Alvarez, Janine Collaço (orgs.)  
Praça de autógrafos, 18h



**8/11**  
Procedimentos didático-pedagógicos aplicáveis em história e cultura afro-brasileira  
Iosvaldyr Carvalho Bittencourt, Viviane Adriana Saballa (orgs.)  
Memorial do RS, 14h



**8/11**  
Cartas, bordados e tramas de ideias  
Patrícia Fernandes Lazzaron, Rita de Cássia Camisolão, Vera Neusa Lopes (orgs.)  
Memorial do RS, 14h



**10/11**  
Sociologia e filosofia para quê? Diálogos com protagonistas na escola  
Célia Elizabete Caregnato, Maria Ely Herz Genro (orgs.)  
Praça de autógrafos, 18h



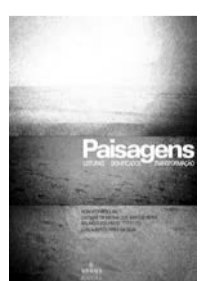
**10/11**  
Oficinando em rede: oficinas, tecnologias e saúde mental  
Cleci Maraschin, Deise Juliana Francisco, Rafael Diehl (orgs.)  
Praça de autógrafos, 19h



**10/11**  
Reações pericíclicas: uma sinfonia de moléculas e elétrons  
Aloir Antonio Merlo  
Praça de autógrafos, 19h



**11/11**  
A educação em engenharia: fundamentos teóricos e possibilidades didático-pedagógicas  
Luciano Andreatta Carvalho da Costa, Julio Alberto Nitzke (orgs.)  
Praça de autógrafos, 18h



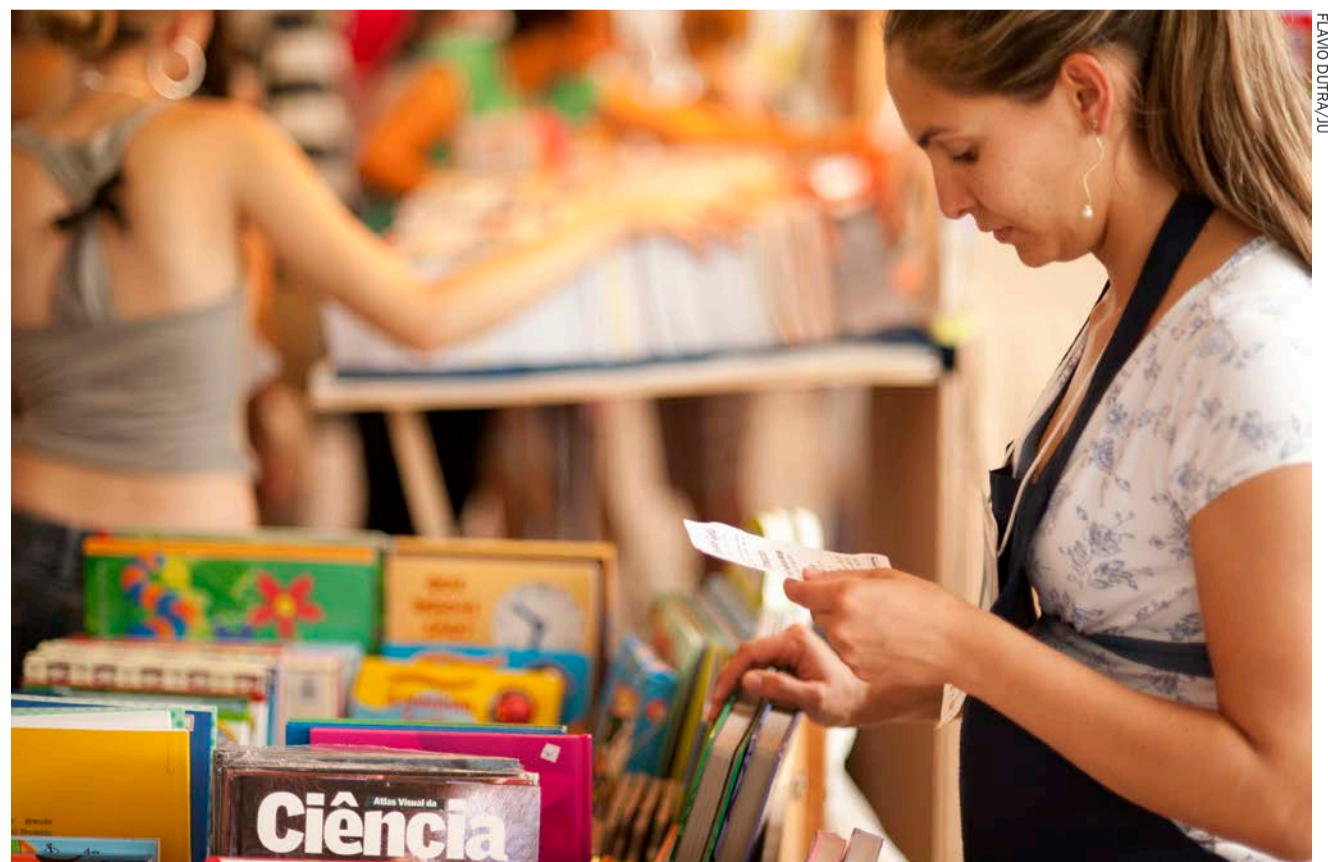
**11/11**  
Paisagem: leituras, significados e transformação  
Roberto Verдум, Lucimar dos Santos Vieira, Bruno Fleck Pinto, Luís Alberto Pires da Silva (orgs.)  
Praça de autógrafos, 17h

## Estamos lendo menos

No ano passado, o Instituto Pró-livro realizou a terceira edição da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, a fim de identificar o perfil do leitor brasileiro e analisar a intensidade e as condições da leitura no país. Entre uma série de dados, alguns chamam a atenção: embora 64% dos brasileiros encarem a leitura como uma “fonte de conhecimento para a vida”, apenas 18% consideram ler uma atividade prazerosa; o número de não leitores (pessoas que não leram livro algum nos últimos três meses) passou de 45% para 50% nos últimos quatro anos; e, na Região Sul, o número de livros lidos anualmente por habitante caiu de 5,5 em 2007

para 4,2 em 2011 – é a segunda região que menos leu nos últimos três meses, perdendo apenas para a Região Norte. Os números dimensionam a importância e a necessidade de políticas de incentivo à leitura e eventos que, ao promover a aproximação de livros e pessoas, despertem o interesse e a vontade de ler. A leitura, que historicamente faz uma distinção entre as pessoas, dividindo-as entre “cultos e incultos”, “letrados e analfabetos”, é um hábito que, afinal, depende da possibilidade de se ler tanto quanto ou mais do que da vontade. Nesse sentido, as feiras literárias são determinantes.

Além de, em muitos casos, configurarem o primeiro contato com o mundo dos livros – uma ponte para a leitura. E com a de Porto Alegre não é diferente. “Caminhando entre as barracas, nós encontramos pessoas do mundo da leitura, somos estimulados a ler e a fazer perguntas, a crescer. É um ambiente em que são acentuados o contato e a comunicação com os vários agentes de produção de um livro. E esse contato é essencial. É fundamental que não se deixe de aproximar o leitor da leitura, porque sem educação e sem leitura não se vai a lugar algum”, finaliza Sara Viola Rodrigues, diretora da Editora da UFRGS.



FLAVIO DURAN/JU



# Meu Lugar na UFRGS

## Onde tudo começou

Em um espaço recém-reformado do segundo andar do Anexo 1 da reitoria, o barulho predominante é o dos ônibus e carros que passam pela Rua Luiz Englert. Localizada no Câmpus Centro, a pequena sala com uma divisória de vidro chama a atenção pela pimenteira, árvore usada contra o mau-olhado. Atrás da mesa, está uma mulher que há anos frequenta aquele prédio e gosta de pensar que a planta lhe traz sorte e energias positivas.

Denise Coutinho, diretora do Departamento de Controle e Registro Acadêmico, mais conhecido como Decordi, ingressou na UFRGS como bolsista do Instituto de Física em 1974. Na época, o Instituto funcionava justamente neste prédio do Câmpus Centro da Universidade e possuía uma biblioteca de periódicos, onde ela, com 14 anos, trabalhou tirando cópias. Em 1980, ingressou no antigo curso de Comunicação Social da Fabico. Naquele tempo, após um ano, o aluno deveria optar por um dos três cursos da Comunicação: ela escolheu o jornalismo. Mas, em decorrência dos complexos horários da Universidade, deixou seu emprego na iniciativa privada e começou a trabalhar na própria UFRGS. Tornou-se, então, secretária do Departamento de Astronomia.

Pelo melhor salário, recusou proposta de ficar exclusivamente na Rádio Gaúcha e passou a trabalhar só na Universidade, na Comissão de Graduação do curso de Física. Dessa experiência, surgiu seu amor pela graduação, pela legislação e pela Universidade. Saiu depois de oito anos e foi para a Pró-reitoria de Graduação. Deixando a Comunicação de lado, resolveu fazer pós-graduação na PUCRS em Informática. Em seu retorno à UFRGS, trabalhou no Centro de Processamento de Dados, implantando, em 2009, um novo sistema de informação e o novo banco de dados. Depois, foi convidada a dirigir o Decordi, órgão que auxilia e orienta alunos e docentes sobre o portal de serviços do sistema de graduação.

Uma das coisas de que se orgulha é a entrega dos diplomas nas cerimônias de colação de grau. No primeiro semestre de 2010, Denise levou a UFRGS a ser a pioneira no Brasil na disponibilização do documento para os alunos na própria formatura. Ela acredita que essa foi uma mudança que trouxe maior satisfação aos formandos nesse momento tão importante.

Devido à sua especialização na área de Informática e às transformações que promoveu no sistema de graduação da UFRGS, como a digitalização das pastas

dos alunos, os colegas brincam dizendo que “tudo com a Denise vira eletrônico”.

Com um sorriso no rosto e uma expressão de satisfeita, Denise sabe que cumpriu seu dever mesmo depois de trilhar caminhos diferentes. Contribuindo para a modernização, ela pensa que pode fazer mais para os alunos, como, por exemplo, trabalhar na melhoria do sistema de matrículas. Lidar mais diretamente com os estudantes, principalmente no atendimento, é aspecto que considera fundamental. “Trabalhar com essa juventude é sempre tudo de bom.”

Foi a professora Maria Teresa Cauduro, do Departamento de Física, mais conhecida como Teca, quem chamou a atenção de Denise para um fato curioso: “Já percebi que chegou ao mesmo lugar no qual você começou?”. Com tantas passagens pela UFRGS, Denise ainda não tinha percebido que havia retornado ao antigo prédio do Instituto de Física, atual sede do Decordi, no qual começou sua carreira na Universidade. São, ao todo, 12 anos de trabalho no mesmo prédio. “Eu diria que o meu lugar na UFRGS é junto ao sistema de graduação. É a graduação da Universidade. Foi isso o que me levou até aqui e que me apaixonou durante toda a minha trajetória.”

Denise também fala com amor sobre o que o ensino trouxe para ela: “A Universidade contribuiu para a minha vida quase como uma família. A gente passa muito tempo aqui dentro. Durante toda a minha trajetória eu me dediquei muito ao meu trabalho, e isso fez com que a UFRGS fizesse parte da minha vida diariamente. Ajudou muito no meu desenvolvimento tanto pessoal quanto profissional”.

Há três anos como diretora do Decordi, conta que está chegando ao final de sua carreira: “Considero-me muito satisfeita profissionalmente e com a sensação de dever cumprido”. Há quem não acredite em coincidências, que prefira acreditar em destino. Coincidência ou destino, a vida trouxe Denise de volta para onde tudo começou.

**Manuela Martins Ramos, estudante do 3.º semestre de Jornalismo da Fabico**

Esta coluna resulta de uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas com as entrevistas aqui publicadas serão exibidos ao longo da programação do Canal 15 da NET diariamente, às 20h e às 23h.

# Perfil



FLÁVIO DUTRA/JU

## Um mestre pioneiro

**Clóvis Wannmacher**  
*Há quase 50 anos, ele se divide entre a Bioquímica e a Genética*

Ele ingressou no curso de Medicina por acaso e retornou à Universidade para trabalhar só por um ano, mas acabou ficando até hoje. Aos 71 anos, não há dúvida de que escolheu a profissão certa. Desde que ingressou como estudante na Faculdade de Medicina, em 1959, Clóvis Milton Duvall Wannmacher construiu uma carreira de sucesso, passando por diversas instâncias da UFRGS. “Quando eu fui me inscrever no vestibular, a ideia era fazer Odontologia, mas no caminho encontrei um amigo, perguntei que curso ele ia fazer, e ele respondeu que ia cursar medicina. Como éramos muito amigos, resolvi me inscrever também”, conta.

**Vida de estudante** – Se o ingresso na faculdade aconteceu por acaso, o caminho até a formatura foi diferente: “Na faculdade, fiz tudo o que podia – plantões por fora, trabalhei na enfermaria da Santa Casa, me virei bastante. Já no segundo ano, Clóvis teve os primeiros contatos com a Bioquímica – disciplina que seguiu por toda a vida. Mais tarde, estagiou no Serviço de Nefrologia da Santa Casa, sendo convidado a permanecer devido ao bom desempenho. “Aquele época, essa especialidade não era reconhecida e não havia residência. O que a gente fazia era trabalhar mesmo.” Clóvis permaneceu no Serviço de Nefrologia até a formatura.

Entretanto, o acaso fez com que retornasse à Universidade: “Faltou um professor catedrático e me convidaram para dar aula de Bioquímica. Escrevi uma carta ao catedrático explicando que ficaria por um ano, e agora já são quase 50”, conta.

Quando voltou, além de dar aula, passou a atender no ambulatório de pediatria e na enfermaria de Nefrologia. “Teve uma época em que dei aulas em Pelotas e Rio Grande. Quando a gente se forma, faz o que aparecer por precisar de grana. E eu queria me casar”, justifica.

Não demorou muito: em 1965, Clóvis se casou pela primeira vez. Conheceu a esposa quando estava no segundo ano da faculdade, e ela em seu primeiro dia. “A gente se encontrou

na escada, e ela perguntou onde era o exame psicológico [naquela época se realizava um exame para entrar no curso]. Indiquei a sala onde os veteranos estavam pintando os calouros. Ela foi lá e pintaram toda a roupa dela, que teve de fazer o exame assim, toda pintada.” Apesar da peça pregada por ele, os dois ficaram juntos por 27 anos e tiveram três filhos. “Ela ficou muito brava comigo, mas depois, conversa aqui, conversa ali, nos interessamos um pelo outro, e assim ela me encheu de filhos maravilhosos.”

Quando trabalhava com nefrologia infantil, Clóvis se interessou pelos erros inatos do metabolismo – tema de sua dissertação de mestrado e do grupo de pesquisa do qual ele participa até hoje. Para atuar nesse campo de estudo que une Bioquímica e Genética, ele precisava dominar as duas áreas. “Então, fiz o mestrado em Genética, tornando-me o primeiro médico a fazer mestrado nessa área na Universidade.”

Como pesquisador, trabalhou com dois bolsistas de iniciação científica com quem ia ao interior do estado para visitar famílias que participavam da pesquisa: Roberto Giugliani e Moacir Wajner, hoje professores da UFRGS. Mas muitos outros profissionais de sucesso foram alunos de Clóvis Wannmacher, como Carlos Alexandre Netto, o atual reitor da Universidade.

Começar um estudo inédito é sempre complicado e, naquela época, as pesquisas e o atendimento aos pacientes eram feitos na mesma salinha pequena no Instituto de Biociências. Clóvis diz que tentou implantar um Serviço de Genética no Hospital de Clínicas, mas, como não havia médico no departamento, não pôde levar a ideia adiante. O setor foi finalmente criado quando seus bolsistas já estavam formados em medicina e especializados em genética.

**Equilíbrio** – Os filhos, fruto do primeiro casamento, são motivo de orgulho para Clóvis: “O mais velho é dentista; a do meio fez fonoaudiologia e hoje leciona Espanhol, Italiano e Inglês; e o mais novo é professor do curso de cinema na PUCRS”. A afinidade entre pai e filhos é notável. O mais velho herdou do pai o gosto pelo futebol, esporte pelo qual Clóvis tem uma paixão platônica: “Joguei futebol até os 60, depois não deu mais”. Ao caçula, transmitiu o gosto por cinema. “Já a gurria gostava muito de música, uma coisa que a gente sempre apreciou lá em casa. Ela toca violão e resolveu fazer fonoaudiologia”, comenta. Música é realmente uma de suas

paixões, tanto que, quando foi diretor do Instituto de Biociências, fundou lá um coral. Para ele, deve haver sempre um equilíbrio entre ciência e arte. “Acho que a ciência é muito árida. Se não tivermos uma visão mais humanista das coisas, não dará certo”, argumenta.

Apesar do apreço por cinema e música, é na literatura que Clóvis se destaca, tendo publicado poesias e contos e vencido concursos. “No início do relacionamento com a minha segunda esposa, comecei a escrever poesia, depois passei a escrever também contos.”

Desde o ano passado, em razão de sua aposentadoria compulsória, Clóvis não dá mais aulas na Graduação. Mas, ao fim de cada semestre da disciplina de Bioquímica, ensina aos estudantes o hino da Medicina. Bem-humorado, conta que é “o último remanescente do período pré-jurássico no departamento”. Para ele, suas contribuições mais importantes foram a introdução de atividades práticas e teóricas combinadas, promovendo o contato dos alunos com pacientes na graduação e a criação de um novo modelo de estágio, baseado em projetos de ensino inovadores, na pós-graduação.

**Memórias** – Clóvis diz que o ano de sua formatura, 1964, foi marcante e muito trágico. “Perdi colegas e amigos. Isso me dói até hoje”, conta. Quando dava aulas, fazia propaganda contra o regime, mas se aquietou ao perceber o perigo que corria: “Não queria ser expurgado da Universidade, e o de menos seria ter que fugir do país, sumir com as próprias pernas para não ‘ser sumido’”.

Na década de 1970, recebeu um convite para coordenar a área de microbiologia da Capes em Brasília. “Não iria colaborar com aquele regime. Ir para Brasília, então, era impensável.” Recusada a vaga, enfrentou dificuldades para conseguir verbas para a pesquisa que desenvolvia, tendo inclusive que financiar parte dela do próprio bolso.

Outra proposta importante que recusou foi a de tornar-se reitor. “Eu participo, faço parte de movimentos, mas não quero isso. Eu seria um mau reitor, pois a primeira qualidade para alguém ser alguma coisa é querer, e eu nunca quis, não preenchi o primeiro requisito.” Mas foi em uma assembleia da Universidade que ele encontrou Luísa, que seria sua terceira esposa e companheira até hoje. Romântico, diz que sua atividade preferida é namorar.

**Bibiana Guaraldi, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico**



FLÁVIO DUTRA/JU

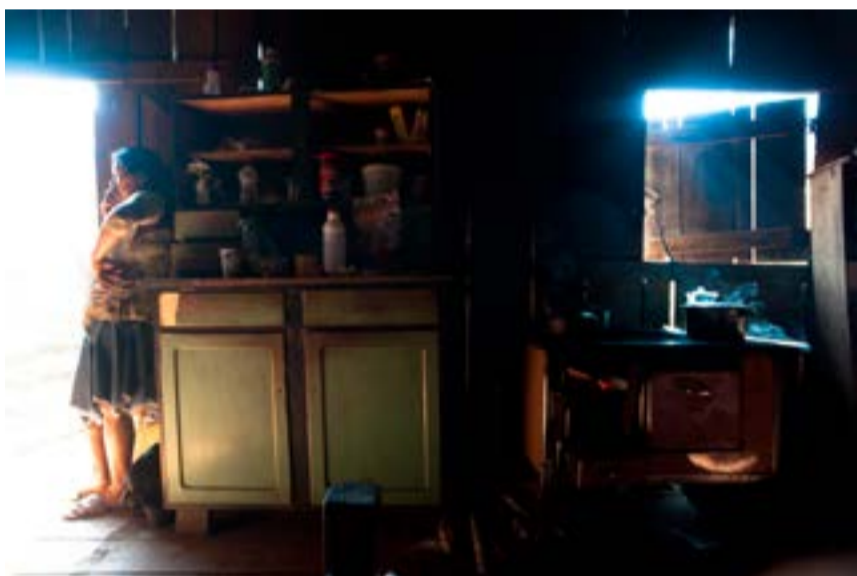
### Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para [jornal@ufrgs.br](mailto:jornal@ufrgs.br) e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local



# De volta

FOTOS **FLÁVIO DUTRA** TEXTO **JACIRA CABRAL DA SILVEIRA**



Depois de quatro anos e meio, Denize Marcolino retorna à Terra Indígena Guarita e reencontra a família Kaingang com quem comemora sua formatura no curso de Enfermagem. Durante esse período de afastamento, as viagens para visitar a mãe e a avó foram escassas tanto pela distância – a reserva fica a sete horas de viagem de Porto Alegre – quanto pelo custo da passagem – “R\$ 90”, quase exclama.

Dona Francisca, de 86 anos, foi quem ensinou à neta a arte de fazer balaios e chapéus de palha. Hoje ela ainda passa seus dias fazendo artesanato para vender nas cidades vizinhas. Costume que também fez parte da infância de Denize, que ia com a avó até Ijuí vender a produção da semana. As aulas da vó Francisca continuam, agora com os primos menores, que observam o tramado paciente da matriarca que muito cedo começou a criar sozinha as três filhas.

A Guarita estende-se por três municípios a noroeste do estado: Tenente Portela, Redentora e Erval Seco, com uma área total 23.400 hectares. Além das casas, hoje em maior número de alvenaria, restando poucos casebres de madeira e chão batido, as aldeias compreendem os prédios de escolas e igrejas evangélicas e católicas. As compras são feitas nas vilas próximas, para onde também escoa a produção dos habitantes da reserva. Quando chove, a terra vermelha gruda nos calçados e nos pés descalços. As distâncias são percorridas a pé ou de ônibus, após longas esperas nas paradas à beira das estradas. Carros são muito poucos, sem contar os oficiais, que levam os pacientes aos hospitais das cidades maiores.







A técnica de enfermagem Fabiana Aperta (e), a agente comunitária Lara Rocha (c) e a médica de família Camila de Souza (d) durante visita domiciliar no bairro Jardim Botânico

# Saúde perto de casa

TEXTO **EVERTON CARDOSO** FOTOS **FLÁVIO DUTRA**

## **SUS** Unidade de atenção primária vinculada ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre é referência em atendimento comunitário aos pacientes

“Ficha” e “clínico geral”: essas são palavras proibidas na Unidade Básica de Saúde mantida pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA). A primeira, normalmente associada à restrição de atendimentos em postos públicos de saúde, deve ser substituída por “acolhimento”, já que ninguém sai de lá sem ser atendido. A outra deve ser trocada por “médicos de família e comunidade”, já que os profissionais generalistas que fazem parte da equipe são especialistas nessa área. Segundo Francisco Arsego de Oliveira, chefe do Serviço de Atenção Primária à Saúde do HCPA e um dos responsáveis pela gestão da UBS, a grande diferença é que eles não tratam doenças, mas doentes. “Tratamos pessoas”, diz para enfatizar o quanto pretendem oferecer uma atenção mais humanizada, integral e próxima aos pacientes.

**Maior inserção na comunidade** – A Unidade Básica de Saúde do HCPA completa oito anos de atendimento neste mês. Até o ano de sua abertura, o atendimento à comu-

nidade era feito por uma unidade no Bairro Santa Cecília, mais especificamente na Rua Vicente da Fontoura. O pequeno posto de atendimento funcionou por quatro décadas junto à escola que recebe o mesmo nome da região da cidade que a abriga. “Antes, era vinculada ao estado, depois passou para a prefeitura. Era uma unidade com uma equipe muito boa, mas que trabalhava numa área física muito ruim. Para ir ao banheiro, os funcionários tinham de passar por dentro do gabinete odontológico”, diverte-se Francisco ao exemplificar o quão precária era a estrutura. Naquela época, a Unidade era responsável pela cobertura de cerca de dez mil pessoas residentes nas redondezas.

Ao recordar como tudo começou, antes mesmo da instalação no atual endereço, Francisco menciona o papel desempenhado por Sérgio Pinto Machado, professor da área de Psiquiatria na Faculdade de Medicina da UFRGS. Quando presidente do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, entre 1996 e 2008, idealizava, juntamente com um grupo de

professores da mesma área, que o HCPA tivesse uma inserção maior na comunidade. “O Hospital bancou a obra com recursos próprios”, revela Francisco. Nesse processo de implantação, foi gestada também a concepção que serviria de referência para a forma de trabalho da Unidade. Na descrição de Francisco, a área física se construiu mais como a de um ambulatório do hospital e, posteriormente, foi adaptada às necessidades que foram surgindo.

**Nova abordagem da Medicina** – O prédio, que começou a ser construído em 1998 e ficou pronto no final de 2002, é organizado de forma que existe um miolo central, retangular, por onde circulam todos os profissionais que ali atuam. Ao redor desse espaço, estão as salas de atendimento ao público; por fora, junto às paredes externas, os ambientes de espera dos usuários. Essa organização permite que os consultórios médicos – situados no nível intermediário – tenham comunicação com os dois demais ambientes. Dessa maneira, os estudantes de Medicina que ali iniciam suas

práticas chamam os pacientes que aguardam atendimento, conversam com eles nos consultórios e, simultaneamente, no ambiente central, discutem os casos e recebem orientações de seus professores.

Essa estrutura, aliás, e a proposta de atenção primária que serve de referência ao trabalho desenvolvido na UBS surgiram, também, em função de modificações nas diretrizes para os cursos de formação de médicos e a partir de um programa conjunto dos ministérios da Educação e da Saúde. Francisco, inclusive, faz questão de ter essas orientações curriculares pregadas em um mural que fica na parte central, por onde circulam todos esses profissionais. É, para ele, uma forma de enfatizar as principais orientações ali contidas, entre elas a necessidade de formar profissionais médicos com uma visão mais generalista e de oferecer aos alunos uma maior aproximação com o trabalho de medicina comunitária. Ao redor do documento, fotos dos estudantes que passam por ali, provavelmente para fazê-los se sentirem parte desse ideal e desse projeto.

# Hospitalidade no

Quem entra na UBS-HCPA pela primeira vez normalmente se sente um pouco perdido: há um guichê logo à frente encimado por uma placa em que está escrito “Fila única”, e à esquerda um conjunto de cadeiras normalmente ocupadas por pessoas à espera de algo. A reação mais comum é tentar procurar alguma outra referência que permita tomar o caminho certo. É nesse momento que Carlos Alberto Macedo entra em cena. Ele é o acolhedor da UBS e sua função é receber as pessoas para estabelecerem o primeiro vínculo delas com o serviço de saúde. “Se posso ajudar a resolver os problemas por que vieram à UBS, tento prontamente dar encaminhamento, para que a espera não se prolongue”, diz seguro sobre o seu papel.

Engana-se, porém, quem imagina que Carlos é apenas um recepcionista: “Às vezes, o paciente vem desabafar e acaba nem consultando, vai embora”, relata. É por situações desse gênero que ele sintetiza sua função à porta da UBS ao redor de uma ideia: “Todos querem carinho. Se damos carinho, a pessoa se sensibiliza”. Tanto é que Carlos não esgota as histórias dos vínculos que formou nesses oito anos em que é um dos rostos mais familiares do lugar. “Uma pessoa que morava fora da área de abrangência chegou a vender o imóvel anterior e comprar outro na região sob nossa responsabilidade só para poder consultar aqui”, rememora.

Carlos, na verdade, é uma referência no trecho da Rua São Manoel onde está situada a UBS: as pessoas entram e, em vez das esperadas demandas por serviços de saúde, perguntam sobre o horário de funcionamento e a qualidade da comida do restaurante que fica logo em frente; pedem auxílio para resolver problemas relacionados ao laboratório de análises que fica na mesma rua, enfim, de tudo um pouco. “O meu grande lance aqui é aproximar, criar um vínculo com a pessoa”, reitera. Mas nem sempre as coisas saem como programadas. Carlos relembra de uma situação em que um senhor chegou pedindo-lhe ajuda, mas ele, infelizmente, não lhe podia oferecer nada. Ele residia fora da área de cobertura da UBS – e há bastante rigidez em relação a isso na rede do SUS. Esse senhor, então, ficou bastante agressivo: “Ele dizia que eu tinha de ajudar. Eu respondia que estava tentando, mas ele não entendia”. O senhor acabou indo embora em busca de ajuda na unidade que lhe correspondia. “Ele voltou em outro dia para pedir desculpa”, emociona-se o acolhedor. Os olhos marejam. E logo ele acrescenta: “Existem problemas sérios que essa função não me dá condição de resolver”.

Carlos representa tanto essa perspectiva de apro-

ximação imediata da Unidade com a vizinhança, que foi o primeiro funcionário a chegar. Iniciou seu trabalho um mês antes da abertura do posto. Sua tarefa: convidar as pessoas a visitar e conhecer o local; e mostrar num mapa as ruas que pertenciam à recém-inaugurada unidade. Essa relação, muitas vezes, fica tão próxima que as pessoas o acabam vendo como um amigo. Ele diz não serem raros os convites para um chimarrão nos fins de semana. Logo Carlos vem com mais uma história, a de seu Rui, um paciente com transtorno mental. O acolhedor lembra que ele sempre vinha com as filhas. “Um dia, eu estava na recepção e o seu Rui colocou a estrutura de metal de uma cadeira em frente à porta. ‘Pensei no senhor e trouxe esse presente’, disse o paciente. Era só a armação da cadeira, não tinha como usar. Eu, então, disse que o chefe não permitia trabalhar sentado e aconselhei que levasse o presente a alguém que precisasse. Faz tempo que não vejo o seu Rui”, lamenta. “Tem coisas de pacientes que eu sei que nem o médico fica sabendo”, diz. Lembra-se, por exemplo, do caso de uma mulher que lhe revelou que era maltratada pelo filho. Ele contou à médica responsável pelo atendimento da paciente e, então, chamaram o filho para tentar resolver o assunto.

**Informação e boas-vindas** – Depois da recepção em que se encontra Carlos, os usuários são encaminhados para o devido atendimento. Quem ainda não é cadastrado, vai ao guichê para receber as orientações. “Verificamos o logradouro e se a pessoa reside na área de abrangência da UBS; orientamos, então, para que participe da reunião destinada a novos usuários”, esclarece Arze Simões, responsável por toda a parte burocrática e administrativa da UBS. Realizados todas às quartas-feiras, os encontros coordenados por Francisco Arsego de Oliveira destinam-se a informar os futuros usuários sobre o funcionamento da UBS.

A explanação de Francisco inicia com uma apresentação da visão, da missão, dos valores do HCPA, com ênfase em um de seus aspectos: o respeito à pessoa. “O Hospital de Clínicas valoriza o respeito à pessoa por meio do reconhecimento do direito de cada indivíduo de tomar suas decisões em um ambiente de acolhida, respeito e confiança”, faz questão de ler integralmente. Depois de uma breve história da UBS, o médico apresenta números que dão uma dimensão do trabalho ali desenvolvido: são realizadas uma média mensal de 3.600 consultas médicas, 900 medidas de pressão arterial, 280 curativos, 200 verificações de glicose capilar, 4.500 solicitações de exames

e 60 visitas domiciliares. A seguir, vêm informações necessárias ao uso do posto: horários de funcionamento, serviços oferecidos, modo de organização do atendimento, instruções para marcação de consultas, como obter receitas de medicamentos, os grupos de apoio, entre outras coisas. Chama atenção, na apresentação de slides usada pelo gestor, a quantidade de fotos dos profissionais que compõem as equipes de trabalho. Ali estão identificados pelos seus rostos os médicos-residentes, as técnicas de enfermagem responsáveis pelo acolhimento, as agentes comunitárias de saúde e as enfermeiras – isso sem contar uma foto com todo o pessoal posando como time de futebol, registrada à frente do edifício.

**Atendimento para todos** – Depois de cadastrados, os usuários do Sistema Único de Saúde recebem na UBS um número de família que vai servir para identificar a pasta onde ficarão armazenados seus dados. Há uma por domicílio, e nela são incluídos prontuários para todos os moradores daquele endereço. Além disso, cada paciente terá um cartão do SUS e outro da Unidade, o que facilita a localização de suas informações. No modelo criado dentro do posto, as consultas são marcadas de acordo com a gravidade do caso e com a necessidade do paciente. Uma coisa, porém, é certa: todos saem dali com uma solução.

Beatriz Schena, como todos os técnicos de enfermagem que atuam na UBS, trabalha em diversos setores, entre eles a sala de curativos, mas é no acolhimento que se realiza. “Ouvir o ser humano é gratificante, ainda mais quando conseguimos ajudar a resolver os problemas. Vemos que o nosso trabalho está dando frutos”, diz. A profissional, que chega a atender 50 pacientes em um turno de cinco horas quando nessa função, auxilia principalmente na orientação dos usuários para consultas com os médicos de família. “Eles querem sempre um especialista, mas um médico de família pode resolver 80% dos problemas de saúde do paciente”, ensina. Entre os casos, aparecem os mais diversos: desde pessoas procurando um atendimento de emergência até aquelas que desejam apenas agendar um exame ou uma consulta de rotina. Nesse sentido, o acolhimento é uma forma de também otimizar as consultas com os médicos e enfermeiros, pois somente os casos em que isso é realmente necessário são encaminhados. Exemplo disso é o fornecimento de receitas para medicamentos de uso contínuo: “A partir do prontuário, o médico daquela pessoa preenche e em três dias ela retira a receita. Só se o médico julgar necessário é que marcamos uma consulta”, explica Arze.



Estudantes de Medicina discutem casos, tiram dúvida

## Atenção às pessoas



A médica de família da UBS Camila de Souza durante atendimento domiciliar à Cedeny Gomes

Por trás de todo o trabalho desenvolvido pela Unidade Básica de Saúde do HCPA está uma estratégia de medicina de família. O modelo, adotado desde meados dos anos 1990 pelo governo federal para a organização do atendimento pelo Sistema Único de Saúde, baseia-se em ideias da pesquisadora estadunidense Barbara Starfield para o que

se denomina atenção primária, ou seja, o primeiro contato do usuário do sistema com um profissional da saúde. A intenção é basear o atendimento à população em médicos generalistas, com formação ampla, que possam chegar a um índice de rotulabilidade de até 80% dos casos. Erno Harzheim é médico de família e comunidade e professor

do Departamento de Medicina Social e do PPG de Epidemiologia da UFRGS. De acordo com ele, é essa capacidade de resolver a maioria dos problemas de saúde que faz com que um médico de família seja visto como o profissional capaz de cuidar das pessoas de uma maneira mais geral. “Ele tem de ter no mínimo quatro características: ser um bom clínico; ser acessado facilmente (não só fisicamente na unidade, mas fora de seu horário e local de trabalho); inspirar confiança; e cuidar do paciente por vários anos”, esclarece.

Na mesma linha, Francisco Arsego de Oliveira define o que seriam tanto os princípios da UBS em que atua quanto a ideia mais geral que se tem da atenção primária à saúde: acesso e primeiro contato garantidos no posto a cuja área de abrangência o usuário pertence; integralidade, tanto no sentido de oferecer ações preventivas e educativas de promoção de saúde quanto no de não dividir o ser humano em várias partes, mas de percebê-lo como um todo; formação do vínculo entre profissionais e usuários; e coordenação de cuidados, isto é, um paciente, mesmo quando recebe cuidados fora da unidade, continua sob a responsabilidade de seu médico de família. Para Erno, essa é uma estratégia para equilibrar as demandas que as pessoas têm e as possibilidades de cuidado existentes na rede pública de saúde. Além disso, o vínculo entre profissional e paciente faz com que este confie que o médico pode orientá-lo nas respostas que existem dentro ou fora do sistema de saúde.

Segundo o professor e pesquisador do PPG em Epidemiologia da UFRGS Bruce Duncan, não há

muito de atenção primária fora do SUS, pois, no Brasil, tem-se seguido uma tendência comum nos Estados Unidos, baseada em tratamentos por especialistas. “No Brasil, Porto Alegre está atrasada no que se refere à implantação da estratégia de saúde de família. Em Belo Horizonte, a cobertura é de 75%. Florianópolis e Curitiba também estão muito à frente no atendimento à população dentro do SUS”, analisa. Bruce diz que a particularidade da capital gaúcha se deve ao fato de que aqui a atenção em hospitais dispõe de muitos profissionais qualificados e, por isso, tem muita força política. Assim, projetos voltados para essa área acabam recebendo mais recursos. O pesquisador também cita estudos feitos por Barbara Starfield, comparando sistemas de saúde pública de diferentes países para corroborar a escolha pela atenção primária no Brasil: Inglaterra, Portugal e Espanha adotam esse modelo e têm sistemas mais baratos e bem mais eficazes.

Na avaliação do chefe do Serviço de Enfermagem em Saúde Pública do HCPA e professora da Escola de Enfermagem da UFRGS, Elizeth Heldt, o grande mérito do modelo baseado em atenção primária é o de ter uma dimensão ampla não só no cuidado em si, abrangendo todas as faixas etárias, mas também por envolver fatores sociais, emocionais, físicos e mesmo financeiros dos pacientes. “No momento em que o profissional de saúde se depara com o problema, tem de fazer algo ou pelo menos saber para quem encaminhar”, explica. “O importante é estar aberto e, quando detectar o problema, poder contar com a equipe da UBS ou mesmo com outros programas governamentais”.

# SUS

A UBS realiza uma média mensal de 3.600 consultas médicas pelo SUS e cerca de 60 visitas domiciliares



Os profissionais recebem orientação dos médicos-professores em um espaço situado na parte central da Unidade Básica de Saúde, mantida pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre desde 2002

Quando se vê Juliano Campos, médico-residente na UBS-HCPA, sair do posto e entrar num táxi para dirigir-se ao bairro Petrópolis, é difícil imaginar o que acontecerá na residência situada na Rua Carazinho. Ele foi visitar dona Laurentina Guidi, de 92 anos. Há tempos ela é usuária dos serviços de saúde de família e frequentava a Unidade. Agora, depois de um acidente vascular, perdeu a cognição. Quando Juliano chega a casa, é recebido por Beatriz, filha da paciente. “Quando disse que tu estavas vindo, a mãe ficou faceira”, prontamente anuncia. Pelo sorriso no rosto de dona Laurentina é possível ver o quanto está feliz com a visita do médico. À primeira vista, por sua atual condição, poder-se-ia dizer que talvez nem soubesse o que ali acontecia, mas a boavontade com que obedecia aos pedidos de Juliano para tirar o casaco, remangar a camiseta ou mostrar os pés para que ele os examinasse são mostra do carinho que ela tem pelo profissional.

Feitos os exames clínicos – pressão arterial, batidas cardíacas e pulmão –, dona Laurentina toma a mão de Juliano e dela não larga enquanto ele dá orientações à filha. Pelo exame feito por ele, é possível entender bem o que é afinal um médico

de família e comunidade: é medicina centrada na pessoa e no conjunto de suas condições físicas e psicológicas. Quanto ao serviço de visita domiciliar, Juliano avalia que é uma possibilidade de atender melhor às necessidades de pacientes que precisam de cuidados especiais. É também uma oportunidade de dar aos familiares orientações sobre como cuidar dos seus enfermos. “Como é a família que cuida do paciente nos 365 dias do ano, enquanto o médico tem poucas horas de contato, tem de haver promoção da saúde de maneira geral”, acrescenta.

Caso semelhante é o de dona Marina de Lemos, de 93 anos, que mora com a filha Ângela e a família na Rua Carazinho, no Bairro Petrópolis. Também vítima de um acidente vascular cerebral, mas em estado mais crítico, pois teve os movimentos do lado esquerdo do corpo afetados, dona Marina, depois de uma temporada de quase um mês hospitalizada, está acamada em casa. A filha solicitou uma visita da equipe da UBS para tentar tratamento com um fisioterapeuta e para receber orientações sobre os cuidados a tomar com a mãe. Ela recebeu, então, visita da enfermeira Silvete Schneider e da técnica de enfermagem Rosana Schiochet. Durante mais

de uma hora, as profissionais conversaram com a paciente – ainda que ela tenha alguma dificuldade para se comunicar, respondeu bem aos estímulos – e com a filha. O uso adequado dos lençóis na cama, a forma de fazer a higiene pessoal de dona Marina, instruções para o uso de medicamentos e para a alimentação estiveram entre os principais assuntos. Mas não só temas relacionados a doenças e tratamentos interessaram a Silvete e Rosana. As profissionais de enfermagem perguntaram sobre a rotina da família, sobre a personalidade de dona Marina e sua relação com os familiares. Foi então que Ângela contou, por exemplo, de sua dificuldade para movimentar a mãe e do quanto está tendo que se virar para dar conta dos afazeres domésticos e de sua recente ocupação como cuidadora de uma idosa. Ângela vai ter de abandonar seu emprego como secretária de uma clínica odontológica para dedicar-se a essa nova rotina. “Antes, ela se virava sozinha. Era como uma adolescente, só me ligava para avisar que estava saindo, com quem ia e quando voltava”, diverte-se ao relatar como era agitada a vida de dona Marina. Quando as visitantes saem do edifício e se despedem de Ângela, Rosana diz: “Se precisar, liga”. Mais uma vez, o vínculo está estabelecido entre quem oferece e quem recebe cuidados de saúde.

Entre as formas de relacionamento mais próximo dos profissionais de saúde com as comunidades pelas quais são responsáveis está o trabalho executado pelos agentes de saúde. Como eles devem necessariamente residir na área que atendem, são um elo direto com a UBS. Iara Rocha é uma dessas profissionais vinculadas à UBS-HCPA – atualmente quatro estão em atividade, mas a perspectiva é de que mais 12 comecem a atuar até o final do ano. Foi ela quem solicitou uma visita domiciliar da equipe para uma vizinha, Cedeny Gomes, de 75 anos e residente na Travessa Francisco Fraga Feijó, no bairro Jardim Botânico. “A mãe chama ela de doutora Iara”, logo dispara a

## O trabalho dos agentes de saúde aproxima os profissionais da comunidade

filha Marilda Arioli para mostrar a estima de dona Cedeny para com a agente. A visita, então, foi feita pela médica de família e comunidade Camila de Souza, pela técnica de enfermagem Fabiana Aperta, acompanhadas pela agente. A partir do diagnóstico de alguns exames realizados havia pouco, Camila mostrava-se preocupada com os níveis de glicose e sódio no sangue da paciente. Além disso, Marilda tinha uma lista de dezenas de medicamentos que haviam sido receitados por diferentes médicos especialistas. Camila, então, a partir de uma análise do quadro geral de saúde de dona Cedeny, prometeu racionalizar o uso dos remédios, diminuindo a quantidade e retirando aqueles que não fossem necessários.

Na avaliação de Marilda, algumas falhas no atendimento à saúde da mãe são o fato de ela ser atendida cada vez por um profissional diferente e, ainda, de serem as consultas, quando feitas por estudantes de Medicina, muito demoradas – em função do tempo que eles usam para discutir os casos com seus professores. “Somos quatro médicos fixos aqui, então os pacientes podem solicitar atendimento com um profissional específico, mas este é um posto-escola”, defende Camila. “O paciente também deve exigir o vínculo com o médico”, complementa.

# Assistência a domicílio

## Médicos, amigos, vizinhos

Residente na Rua São Manoel, Virginia Rainho mora praticamente em frente à UBS-HCPA. A empresária aposentada que hoje se dedica a auxiliar a filha professora com alguns de seus afazeres é do grupo de usuários que começou a relação com a Unidade desde a sua abertura, há oito anos. Ela conta que, apesar de já ter procurado atendimento antes disso, foi ali que encontrou a atenção que buscava. Virginia e o marido, Antonio, com 60 e 69 anos, respectivamente, consultam rotineiramente para acompanhar seus casos, normalmente a cada seis meses. “Sou uma pessoa que não incomoda”, diz para demonstrar o quanto seus diagnósticos não têm se alterado para além de hipertensão, reumatismo e dores musculares, tudo já sob controle. A única ocasião em que ela se lembra de ter acorrido à UBS numa emergência foi quando se queimou no fogão. “Fui muito bem atendida. O doutor Francisco me deu todas as dicas de como me cuidar ali no corredor mesmo. Correu tudo bem, mas na hora foi horrível”, recorda. “Sempre fui muito bem atendida, não tenho queixa nenhuma”, enfatiza ela prontamente. “Tudo para mim é bom. A farmácia é ótima; é só chegar, no início do mês, e os nossos remédios estão lá”, diz ao contar de suas passagens mensais pelo local para retirar medicação de uso contínuo para si e para o marido. São medicamentos que fazem parte de programas governamentais, como é o caso do para a hipertensão, distribuído gratuitamente pelo programa Farmácia Popular.

Virginia e Antonio têm na UBS um médico de família que é sua referência: João Henrique Colling. “Nosso médico foi transferido para o Conceição, o doutor Sati Mahmud. Agora é o João Henrique. Ainda não consultei com ele, mas o conheci em duas ocasiões em que acompanhei meu marido”, relata. A aposentada rememora que na primeira vez não foi o médico quem os atendeu diretamente, mas estudantes de Medicina. “Não vou negar que, quando vamos consultar e temos um estudante, demora bastante. Como sou meio nervosa, angustiada, preocupada com doença, fico meio tensa.

Mas isso faz parte, pois eles precisam aprender. Não tenho queixa de nenhum deles, sempre foram atenciosos. Se dissesse algo de negativo de algum, seria mentira”, avalia. Essa demora a que se refere a paciente é porque, quando atendida por alunos, estes se retiram por alguns instantes para discutir o caso com seus professores. “Da primeira vez, fomos numa quinta-feira, quando o doutor João Henrique não atende diretamente, mas supervisiona os estudantes. Na consulta seguinte, ele disse que se lembrava de nós”, conta. Foi então que o médico lhes pediu que procurassem marcar consultas diretamente com ele. “Gostei muito, acho que vamos nos dar bem”, comemora.

Virginia, no entanto, tem uma reclamação: “Precisaríamos ter mais acesso a especialistas. Meu marido necessita consultar um gastroenterologista para resolver um problema no fígado, mas ele espera por isso há quase dois anos”. Isso ocorre porque o encaminhamento a especialistas é feito pelo sistema da Secretaria Municipal de Saúde, que centraliza a marcação de consultas especializadas. Quem precisa, então, entra numa longa fila. Há promessas de que, com algumas melhorias recentemente implantadas, os pacientes tenham suas consultas agendadas em até 72h depois da solicitação pelo médico da UBS. Isso, porém, ainda não acontece. Mas as ressalvas de Virginia logo cessam e ela volta a derramar elogios: “Não sabia que pessoas acima de 60 anos e portadores de necessidades especiais poderiam marcar consultas por telefone. Marquei, assim, a próxima do meu marido. Foi muito tranquilo”. “Tive receio”, acrescenta, “porque tudo que se vai fazer por telefone é complicado, mas foi fácil. Até reconheci a voz da atendente, que já conheço do atendimento pessoal”, conta, atestando a formação de vínculo com os profissionais que lá trabalham. Virginia não se cansa de reiterar elogios: “Não tenho nada a reclamar, só a agradecer. Se fôssemos pagar um plano de saúde, seria impossível com o que recebemos de aposentadoria. Quero continuar ali, e o meu marido diz a mesma coisa”.

## Um defensor da saúde pública

Seu Vitorino Meireles do Bem, de 76 anos, português de nascimento, deixou a cidade natal, Porto, para vir para o Brasil. Isso foi há quase 50 anos, quando um amigo de infância que morava em outro porto, o Alegre, o convenceu de que aqui a vida poderia ser melhor. Então com 26 anos, não tinha um parente sequer deste lado do Atlântico, mas mesmo assim apostou na aventura.

Chegando a estas terras, assustou-se com duas coisas: o desejo comum entre os jovens de possuírem armas; e a expectativa de vida – muita gente morria entre os 37 e os 42 anos. “Cheguei em 1962, com 26 anos, e pensei: estou à beira da morte”, diverte-se. Com o passar do tempo, porém, a expectativa de vida no Brasil elevou-se para 73 anos. “Isso é sinal de que o programa público de saúde não é tão ruim quanto muitas vezes se diz”, afirma.

Depois de sua chegada à capital, Vitorino começou a trabalhar com representação de moda masculina. Hoje, aposentado, ainda atende a alguns poucos clientes. Desde que se separou, há dez anos, não tem mais plano privado de saúde.

Um dia, o morador da Rua Barão do Amazonas estava em casa e uma jovem tocou sua campainha. Ela divulgava um programa de pesquisa sobre diabetes liderado pelo Hospital de Clínicas. Como tem a doença, seu Vitorino decidiu, então, procurar a UBS. “Fui e achei fantástico, principalmente o

atendimento”, conta ao relembrar a história que começou há oito anos.

Como nunca havia estado em um posto de saúde no Brasil, seu Vitorino surpreendeu-se com o que viu. Era muito diferente da imagem que havia criado a partir do que a mídia veicula sobre o sistema público. Entre as características do lugar que mais chamaram sua atenção estão a pontualidade no atendimento e a qualidade da atenção aos usuários. “Falta é um pouco de educação!”, exclama ao avaliar como as coisas têm acontecido em outros lugares. “Aqui, um dos segredos da educação é a presença de uma pessoa como o Carlos [responsável pelo primeiro acolhimento de quem chega à UBS-HCPA]. Ele orienta as pessoas e não deixa que as coisas se anarquizem”, analisa.

“Descobri que era diabético aos 63 anos. É uma doença silenciosa e que precisa ser disciplinada por meio da alimentação”, expõe. Vitorino tem consulta a cada dois meses e recebe medicamentos no posto. Atualmente, está sob os cuidados de Lucas Wollmann, médico residente. “Ele é de uma atenção única. Esteve de férias, e todos sentiram saudade dele”, relata. “O idoso”, continua em sua avaliação, “tem suas complicações para se comunicar, é um pouco neurótico.” Isso, na concepção do aposentado, pode ser facilmente resolvido por um bom atendimento médico.



Os aposentados Vitorino Meireles do Bem (acima) e Rolf Schmeling (ao lado) não poupam elogios às equipes da UBS-HCPA



## Sonho comunitário

Quem conhece Rolf Schmeling, de 64 anos, e descobre que é consultor de comércio exterior logo vai associá-lo a um perfil bastante pragmático. Engana-se. “Sou neto de missionários luteranos que dedicaram suas vidas à comunidade”, conta para justificar a vontade de ampliar sua relação com a UBS-HCPA para além da atenção à sua saúde. Há cerca de um ano, ele deixou de trabalhar em Caxias do Sul, onde tinha um plano privado de saúde. Tem frequentado o posto desde então, e as primeiras impressões causaram-lhe surpresa: “Fiquei impressionado com a primeira consulta, que não demorou em acontecer. E já nessa primeira marcaram a segunda para um mês depois. E a cada vez que vinha já marcavam a próxima. Isso é muito prático para quem trabalha”. O que trouxe o consultor à UBS, foram uma necessidade – um check up – e, principalmente, uma curiosidade – queria conhecer o trabalho ali realizado.

Quem o atendeu nessa primeira visita foi o médico João Falk. Ainda que ele depois tenha sido substituído por Erno Hartzheim, Rolf diz-se satisfeito com a relação estabelecida com os profissionais que o atendem. “Deram continuidade ao que eu havia dito antes. Tomaram notas e retomaram dali”, relata. Além disso, ele conta que se sentiu muito à vontade para falar de si, de seus problemas. “Em nenhum momento senti pressão para apressar o que tenho a dizer”, admira-se. “Isso me entusiasmou a tal ponto que decidi ajudar o posto. O Chico [Francisco, gestor da UBS] me falou do conselho e comecei a participar”, conta o aposentado que agora faz parte do grupo de voluntários que participa de forma mais ativa no processo de gestão e organização da Unidade.

Rolf diz que num dos encontros do grupo relatou a Francisco que havia morado na primeira casa do bairro Petrópolis, na Rua Victor Hugo, junto à Praça Mafalda Verissi-

mo, e que ela estava sendo demolida. “Estava prevista uma espécie de feira de divulgação do trabalho da Unidade para o dia 29 de setembro. Foi transferida para o dia 27 de outubro, e o Chico me disse que vai ser na ‘minha’ praça!”, conta para enfatizar o laço que tem estabelecido com os profissionais que ali atuam. “Usei botar no papel como achava que um momento desses deveria acontecer e entreguei ao Chico. Escrevi sobre providências, divulgação, inscrição, segurança, estacionamento”, relata. Rolf, porém, não quer limitar sua colaboração à atuação no conselho. Como está para se aposentar e é graduado e fez especializações na área de Administração de Empresas, pretende agora cursar algo relacionado à administração hospitalar. “Meu sonho é transformar essa UBS em padrão e auxiliar as outras unidades da cidade para fazer com que funcionem tão bem quanto essa”, revela. “O Chico nem sabe disso ainda, quero ver o que vai dizer”, diverte-se.